

Pinto, Eduardo Costa

Working Paper

O eixo sino-americano e a inserção externa brasileira: Antes e depois da crise

Texto para Discussão, No. 1652

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Pinto, Eduardo Costa (2011) : O eixo sino-americano e a inserção externa brasileira: Antes e depois da crise, Texto para Discussão, No. 1652, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/91020>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

1652

TEXTO PARA DISCUSSÃO

O EIXO SINO-AMERICANO E A INSERÇÃO EXTERNA BRASILEIRA: ANTES E DEPOIS DA CRISE

Eduardo Costa Pinto

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

O EIXO SINO-AMERICANO E A INSERÇÃO EXTERNA BRASILEIRA: ANTES E DEPOIS DA CRISE*

Eduardo Costa Pinto**

* O autor agradece os comentários e as colaborações de Marcos Antonio Macedo Cintra, André Viana e Raphael Gouvea. Eventuais falhas remanescentes são de sua inteira responsabilidade.

** Técnico de Planejamento e Pesquisa na Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte), do Ipea.. *E-mail:* eduardo.pinto@ipea.gov.br

Governo Federal

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República**

Ministro Wellington Moreira Franco

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Fernando Ferreira

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Mário Lisboa Theodoro

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

José Celso Pereira Cardoso Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

João Sicsú

Diretora de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Fabio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

Texto para Discussão

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

ISSN 1415-4765

JEL: F50, F42, O54

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	7
2 O NASCIMENTO DA RELAÇÃO SIAMESA ENTRE ESTADOS UNIDOS E CHINA: A DÉCADA DE 1990	8
3 EXPANSÃO E CRISE DA ECONOMIA MUNDIAL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: O EIXO SINO-AMERICANO	13
4 INSERÇÃO INTERNACIONAL BRASILEIRA E VULNERABILIDADE EXTERNA CONJUNTURAL E ESTRUTURAL SOB O EIXO SINO-AMERICANO	33
5 CONCLUSÕES	53
REFERÊNCIAS	54
ANEXO	58

SINOPSE

Este artigo busca evidenciar os impactos de curto e longo prazo da configuração do novo eixo sino-americano (China e Estados Unidos) sobre a inserção externa brasileira. Para tanto, faz-se necessário desenvolver dois objetivos específicos. Primeiro, apresentar de forma estilizada linha de caracterização das transformações ocorridas no sistema econômico e político internacional na primeira década do século XXI, buscando mostrar que estas modificações são fruto da configuração do novo eixo sino-americano de acumulação de poder e riqueza internacional. Segundo, mostrar que os impactos positivos deste novo eixo mundial para a economia brasileira, sobretudo entre 2003 e 2009, também veio acompanhado de possíveis efeitos negativos de longo prazo, associados à especialização regressiva da pauta exportadora e da estrutura da indústria nacional. Os dados evidenciaram que existem oportunidades e ameaças para a inserção externa brasileira no atual contexto internacional; no entanto, os aspectos deste processo ainda não estão bem claros devido à crise internacional recente. Sendo assim, para que se possa pensar na inserção internacional brasileira de longo prazo, faz-se necessário aprofundar a discussão a respeito dos impactos da dinâmica do eixo sino-americano após a crise.

ABSTRACTⁱ

This article has two main objectives. First, to develop, in a stylized way, a characterization line of the recent transformations that took place in the international economic and political system in the first decade of the 21st century, trying to show that these changes are a product of the new configuration of the Sino-American axis of international power and wealth accumulation. Second, to show that the positive impacts of such new axis to Brazilian economy, mostly from 2003 to 2009, were also accompanied by possible negative effects in the long run associated to the regressive specialization of Brazilian export profile and to the national industrial structure. Data have revealed that there are threats and

i. As versões em língua inglesa das sinopses (*abstracts*) desta coleção não são objeto de revisão pelo Editorial do Ipea. *The versions in English of this series have not been edited by Ipea's editorial department.*

opportunities to Brazilian external insertion in the actual international context; however, such process is not still clear due to the recent economic crisis. Therefore, in order to think the Brazilian international insertion in the long run, it is necessary to deepen the discussion about the impacts of Sino-American axis after the crisis.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo busca evidenciar os impactos de curto e longo prazo da configuração do novo eixo sino-americano (China e Estados Unidos) sobre a inserção externa brasileira. Para tanto, faz-se necessário desenvolver dois objetivos específicos. Primeiro, apresentar de forma estilizada linha de caracterização das transformações ocorridas no sistema econômico e político internacional na primeira década do século XXI, buscando mostrar que estas modificações são fruto da configuração do novo eixo sino-americano, que, inclusive, tem suscitado fortes sinais de que se estaria gestando nova divisão internacional do trabalho que, pelo menos temporariamente, tem beneficiado fortemente os países periféricos. Segundo, mostrar que os impactos positivos deste novo eixo mundial para a economia brasileira, sobretudo entre 2003 e 2009, também veio acompanhado de possíveis efeitos negativos de longo prazo, associados à especialização regressiva da pauta exportadora e da estrutura da indústria nacional.

Tendo em vista esses objetivos, segue-se direção interpretativa que procura relacionar as dinâmicas da acumulação de poder e riqueza. Para tanto, parte-se da ideia de que o Estado-nação conserva o papel fulcral de “regulação” institucional no processo da produção e da reprodução do padrão de acumulação. Assim sendo, tanto agora como antes, apresenta-se, de forma bem definida, embora com perfil transformado, hierarquia que traduz relações de domínio, dependência e subordinação, conformando trajetórias nacionais distintas.

Nesse sentido, além desta introdução, descrevem-se, na seção 2 deste artigo, de forma sintética, as transformações no sistema capitalista mundial, ao longo dos anos 1990, que deram origem ao novo eixo geoeconômico mundial. Na seção 3, busca-se apresentar e analisar as características do processo de expansão e de crise da economia mundial, na primeira década do século XXI. Para tanto, destacar-se-á o papel desempenhado pelo novo eixo geoeconômico mundial sino-americano para a compreensão deste movimento. Na seção 4, pretende-se discutir a atual forma brasileira de inserção nesta nova configuração do capitalismo, destacando-se que a redução das restrições externas conjunturais, em boa medida, foi e é fruto do forte crescimento das taxas de exportação, em valor, bem como da melhoria nos seus termos de troca. Isto relaxou, ao menos no médio prazo, os problemas de financiamento e de restrições externas ao crescimento do país. Apesar desta melhoria conjuntural, buscar-se-á mostrar que

este processo tem como contraface o aumento da vulnerabilidade externa estrutural em virtude da especialização regressiva da pauta exportadora e da estrutura industrial. Por fim, na seção 5, procura-se alinhar algumas ideias a título de conclusão.

2 O NASCIMENTO DA RELAÇÃO SIAMESA ENTRE ESTADOS UNIDOS E CHINA: A DÉCADA DE 1990

Com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e da Guerra Fria, muitos analistas passaram a afirmar que uma nova ordem estaria nascendo. Tal afirmação se baseava no argumento de que as fronteiras nacionais caminhavam para a extinção, enquanto um “império mundial norte-americano” emergiria para estender ao mundo o modelo de moeda mundial (o dólar), de liberdade, de democracia e dos direitos humanos, criando, assim, nessa perspectiva, paz mundial duradoura, ao estilo kantiano, e economia internacional estável. Por sua vez, neste cenário róseo, ocorreria convergência entre as taxas de crescimento do produto e da renda *per capita* dos diferentes países. Todavia, tudo isto somente seria possível graças à concentração de poder global em um Estado, o que justificaria a transformação dos Estados Unidos em um *hiperpoder*.¹

Isso supostamente permitiria aos Estados Unidos se tornar uma liderança liberal benevolente, em outras palavras, um líder que supriria o mundo, segundo Kindleberger (2000), dos cinco principais “bens públicos” internacionais, a saber: a moeda, a defesa do livre comércio, a estabilidade das taxas de câmbio, a coordenação das políticas econômicas e o prestador de última instância. Este suposto modelo de funcionamento do sistema econômico internacional representou o ideário preferido do *mainstream* econômico e político durante toda a década de 1990 e teve no governo Bill Clinton, durante seus dois mandatos, um grande entusiasta.

Não obstante sua retórica liberal-globalista (humanitária), o governo Bill Clinton exerceu ativismo militar sem precedentes, além do que a suposta convergência econômica que surgiria do processo de liberalização econômica, patrocinado pelos Estados Unidos ao redor de boa parte do mundo, não se materializou.

Pelo contrário, o que se verificou, durante a década de 1990-1999, foi resultado macroeconômico mundial divergente. Se, por um lado, os Estados Unidos e os países

1. Para visão crítica à teoria do hiperpoder, ver Fiori (2004).

em desenvolvimento da Ásia – sobretudo, a China – cresceram a taxas elevadas de 3,1% e de 7,2%, em médias anuais, respectivamente (tabela 1), por outro lado, os países da área do euro (1,9%), da América Latina e do Caribe (2,9%), da África (2,5%), do Japão (1,5%) e do Brasil (1,7%) apresentaram taxas de crescimento baixas em médias anuais (tabela 1). Inclusive, algumas destas regiões e países enfrentaram crises econômico-financeiras agudas, tais como a crise do México, em 1994; a da Ásia, em 1997; a da Rússia, em 1998; e a do Brasil, em 1998, entre outras.

TABELA 1
Taxas de crescimento real do produto interno bruto (PIB) (1990-2009)
(Em %)

Tabela 1 - Taxas de Crescimento Real do PIB: 1990-2009 (em %)												
Região/país	1990-1999 ¹	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2003-2007 ¹
Mundo	2,9	4,8	2,3	2,9	3,6	4,9	4,5	5,1	5,2	3,0	-0,6	4,7
Países desenvolvidos	2,7	4,1	1,4	1,7	1,9	3,2	2,6	3,0	2,7	0,6	-3,2	2,7
- Alemanha	2,3	3,2	1,2	0,0	-0,2	1,2	0,7	3,2	2,5	1,2	-5,0	1,5
- EUA	3,1	4,1	1,1	1,8	2,5	3,6	3,1	2,7	2,1	0,4	-2,4	2,8
- Japão	1,5	2,9	0,2	0,3	1,4	2,7	1,9	2,0	2,3	-0,7	5,2	2,1
- Área do Euro	1,9	3,9	1,9	0,9	0,8	2,2	1,7	2,9	2,7	0,6	-4,1	2,1
Países em desenvolvimento	3,3	6,0	3,8	4,8	6,2	7,5	7,1	7,9	8,3	6,1	2,4	7,4
África	2,3	3,4	4,9	6,5	5,4	6,7	5,7	6,1	6,3	5,1	2,4	6,0
América Latina e Caribe	2,9	4,2	0,7	0,6	2,2	6,0	4,7	5,7	5,7	4,3	-1,8	4,8
- Brasil	1,7	4,3	1,3	2,7	1,1	5,7	3,2	4,0	5,7	5,1	-0,2	3,9
Ásia	7,2	-	5,8	6,9	8,1	8,6	9	9,6	9,7	7,9	6,6	9,0
- China	10,0	8,4	8,3	9,1	10,0	10,1	10,4	11,6	13,0	9,6	8,7	11,0
- Índia	5,6	5,7	3,9	4,6	6,9	7,9	9,2	9,8	9,4	7,3	5,7	8,6

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do International Monetary Fund: World Economic Outlook Database, abril 2010.

Nota: ¹ Em médias anuais.

Além desse resultado macroeconômico mundial não convergente, a década de 1990 também fora marcado, segundo Fiori (2008), pela gestação da relação siamesa entre a “globalização americana”² e o “milagre econômico chinês”. Relação esta que se consolidou ao longo da primeira década do século XXI, perdurando ainda hoje, inclusive sendo esta relação que dita, em grande medida, a dinâmica do padrão de acumulação do capitalismo contemporâneo. Ver-se-ão separadamente as origens de cada um destes elementos que formaram a relação siamesa.

2. Segundo Tavares e Belluzzo (2004, p. 134), a “globalização americana” ensejou, de forma inédita, a articulação estrutural entre sistema de crédito, a acumulação produtiva das empresas, o consumo privado e a gestão das finanças privadas e do Estado (particularmente da dívida pública). Esta verdadeira fusão de funções e de interesses reafirma o caráter essencialmente ‘coletivista’ (e macroeconômico) da nova dinâmica de reprodução do capitalismo central. Uma exibição prática da ‘macroeconomia política’ do Poder e da Riqueza Americanos, fundados nas relações entre hegemonia monetária, expansão de crédito, valorização de ativos e crescimento econômico”.

A origem do processo de “globalização financeira” foi a retomada da supremacia norte-americana questionada diante do quadro de crise econômica e redução de poder dos Estados Unidos (EUA) na década de 1970. A partir de 1979, o Estado norte-americano efetivou importantes transformações estruturais visando à recuperação da competitividade de seu capital e à sua re colocação no topo hierárquico da economia mundial. A partir disto, medidas de restauração da ordem do poder econômico e político foram sendo implementadas em suas diversas dimensões, a saber: *i*) no campo da política e da doutrina econômicas, na restauração liberal conservadora apoiada no monetarismo friedmaniano e na visão de mundo hayekiana da competitividade individual; *ii*) o redisciplinamento do mundo do trabalho, realizado mediante ataques aos sindicatos; e *iii*) o controle norte-americano do sistema monetário-financeiro internacional por meio da estabilização do padrão dólar-flexível.³

Em linhas gerais, esses novos elementos institucionais quebraram os cânones keynesianos, abrindo espaço para a promoção de nova rota de acumulação e de poder para os capitais norte-americanos por meio do modelo de regulação neoliberal e da ampliação da acumulação com o predomínio das finanças. Assim, a aliança entre o Estado norte-americano (Washington), em sua busca de acumulação de poder, e frações do capital estadunidense, sobretudo a bancária-financeira (Wall Street), em sua busca por riqueza, foi facilitada em decorrência da convergência de interesses entre esta fração e a busca do Estado norte-americano em restabelecer a “ordem” e, posteriormente, implementar seu projeto de “império mundial”.

Nesse contexto, configurou-se nos EUA, entre 1992 e 2000, um padrão de acumulação em que os setores financeiros foram os grandes responsáveis pela acumulação de riqueza. Tal resultado somente foi possível porque o governo americano abrandou as restrições regulatórias. Com isso, as ações e os títulos nos EUA tornaram-se uma das mais importantes formas da riqueza, e, por esta razão, sua posse veio a se transformar no fundamento decisivo para a promoção do consumo e o incremento do investimento. Cabe destacar que este mecanismo de alocação esteve, em boa medida, condicionado pelas políticas monetárias praticadas pelo Federal Reserve (Fed) norte-americano entre

3. No que diz respeito ao *padrão dólar-flexível*, Serrano (2002) e Medeiros e Serrano (2001) afirmam que esse tipo de sistema monetário internacional possibilita ao país (Estados Unidos) que emite a moeda-chave (dólar) autonomia elevadíssima na consecução de sua política, já que este país não tem nenhum tipo de restrição externa, podendo assim incorrer em déficits de conta-corrente crônicos, pois não mais existe a necessidade de manter sua moeda local (dólar) fixa em termos nominais em relação ao preço oficial do ouro, em virtude da inteira inconvertibilidade do padrão dólar. Assim sendo, os EUA podem incorrer em déficits permanentes e crescentes em conta corrente sem se preocuparem com o fato de seu passivo externo líquido estar aumentando, já que este é composto por obrigações denominadas na própria moeda norte-americana e não convertíveis em mais nada.

1995 e 2000, bem como pelo padrão monetário internacional (dólar-flexível) que resultaram no estímulo ao desenvolvimento de regime de crescimento no qual o componente financeiro exerce papel decisivo.

O outro polo de crescimento da década de 1990, além dos EUA, foi a Ásia. O Leste Asiático, desde a década de 1960, já vinha apresentado forte crescimento. Contudo, foi a partir da segunda metade dos anos 1980 que se verificou dinâmica macroeconômica regional integrada e com extraordinárias taxas de crescimento. A partir do Acordo de Plaza (1985) – ofensiva comercial deliberada da nação norte-americana aos produtos japoneses –, os capitais japoneses tiveram de encontrar novos espaços produtivos que tivessem custos mais baixos para compensar a apreciação da sua moeda e das barreiras comerciais não tarifárias. Isto impulsionou o movimento de deslocamento industrial e produtivo do capital japonês – por meio de investimentos externos diretos (IEDs) – para os diversos países asiáticos com diferentes graus de industrialização que anteriormente se concentravam basicamente na Coreia do Sul, em Formosa, em Cingapura e em Hong Kong (os denominados tigres asiáticos). Em virtude da também valorização da moeda dos tigres, bem como do término do tratamento preferencial dado pelos EUA a estes países, no final da década de 1980, verificou-se um deslocamento industrial e de subcontratação dos tigres para os países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean-4 – constituída por Tailândia, Malásia, Indonésia e Filipinas) e para a China, criando, assim, mais uma nova redefinição vertical da divisão regional do trabalho a partir dos movimentos combinados de substituição de importação e promoção de exportações (MEDEIROS, 1997).

Esse dinamismo permitiu crescimento sincronizado e em etapas entre países com estágios de desenvolvimento diferentes que foi denominado de modelo dos “gansos voadores” (PALMA, 2004). Este modelo enfrentou uma crise, a partir de 1995, com o Acordo de Plaza invertido (desvalorização da moeda japonesa em relação ao dólar) e, sobretudo, o colapso financeiro do Sudeste Asiático, em 1997.

Entre os países em desenvolvimento da Ásia, a China foi um dos que menos sofreu os impactos da crise asiática devido à sua rápida resposta centrada em dois elementos, a saber: *i*) a manutenção de sua taxa nominal de iuane em relação ao dólar. Esta medida manteve o forte crescimento chinês que, em associação com o *boom* da “nova economia” nos EUA, iniciado em 1995, possibilitou que as economias da Asean e da Coreia do Sul retomassem suas trajetórias de crescimento; e *ii*) o lançamento de programa de obras

públicas e de investimento (política anticíclica), ver gráfico 2, (MEDEIROS, 2006, 2008). Vale destacar, ainda, que a ampliação dos investimentos públicos na China, ao longo da década de 1990, veio acompanhada da política industrial escolhida pelos grupos estatais chineses mais estratégicos,

em que o governo selecionou 120 grupos empresariais para formar um national team em setores de importância estratégica em uma direção explicitamente inspirada nos Chaebols coreanos voltada ao enfrentamento das grandes empresas multinacionais nos mercados chineses e mundiais. Em sua política “manter as grandes empresas públicas e deixar escapar as menores”, a estratégia era diversificar simultaneamente as exportações através de política tecnológica e de investimentos e a modernização da infraestrutura de forma a integrar populações e territórios do interior. Diversos centros de tecnologia foram desenvolvidos. Foram estabelecidas dezenas de zonas de desenvolvimento econômico e tecnológico (como as em Dalian, Tiajin, Fuzhou, Beijing, Shanghai) especialmente concebidas para formarem polos de crescimento voltados para a economia como um todo. Estas zonas passaram a receber massivos investimentos do governo em infraestrutura e muitas criaram parques industriais em alta tecnologia (MEDEIROS, 2006, p. 386).

O colapso financeiro da Ásia foi superado de forma, relativamente, rápida em virtude do dinamismo das economias chinesa e norte-americana. Com isso, a Ásia retomou seu crescimento acelerado, só que àquela altura puxada pela impressionante expansão chinesa. Assim, a China assumiu o papel de locomotiva da Ásia, deslocando o Japão para um papel secundário da dinâmica regional. De forma resumida, Medeiros (1999) aponta os três principais fatores que explicam o “milagre” chinês⁴ iniciado com a reforma de 1978,⁵ a saber:

- 1) A estratégia americana de isolamento e desgaste da ex-URSS: um dos elementos centrais desta estratégia foi a aproximação do governo norte-americano com o governo comunista chinês, patrocinada por Richard Nixon, em 1972. Isto possibilitou nova inserção geopolítica da China e sua arrancada exportadora, em virtude da abertura

4. “Apesar da flutuação econômica ocorrida no final da década de 1990, por conta dos impactos da crise asiática e da reestruturação econômica das empresas estatais, e apesar da recente crise financeira global, a China tem apresentado excelentes taxas de crescimento econômico nas últimas três décadas. Desde 1978, quando começou a implementar a política de abertura e reforma, a taxa de crescimento anual do produto interno bruto (PIB) real nas três décadas seguintes foi de cerca de 11%, e a taxa de crescimento anual do PIB real *per capita* mantém-se em 10,8%. No novo século, a China mantém seu impressionante desempenho econômico, mesmo após as altas taxas de crescimento no último quarto de século” (FANG, YANG e MEIYAN, 2009, p. 98).

5. A reforma iniciada pelo governo chinês em 1978 pode ser resumida da seguinte maneira: *i*) ampla reforma na utilização da terra, a possibilidade de comercialização do excedente agrícola; *ii*) agressivo programa de promoção de exportações e de proteção do mercado interno; *iii*) formação de grandes empresas estatais; *iv*) reformas das empresas estatais e redefinição da relação entre o planejamento e o mercado; *v*) promoção das empresas coletivas; *vi*) transição gradual de um sistema de preços controlados para um sistema misto de preços regulados, controlados e de mercado (MEDEIROS, 1999).

do mercado ocidental aos seus produtos, bem como do acesso chinês ao financiamento internacional norte-americano. Esta maior vinculação entre estes dois países perdurou até 1989, uma vez que, com o fim da URSS, a China passou rapidamente da condição de aliado norte-americano a seu forte concorrente.

- 2) A política norte-americana de ofensiva comercial ao Japão, materializada no Acordo de Plaza em 1985. Isto provocou profundas transformações na dinâmica macroeconômica regional do Sudeste Asiático, gerando, inclusive, forte deslocamento de capital asiático, sobretudo japonês, para os “gansos voadores” e a China.
- 3) A complexa “estratégia de segurança” do governo chinês, que tem como objetivo a afirmação da soberania do Estado sobre o território e a população por meio do desenvolvimento econômico e da modernização da indústria. A partir das reformas de 1978, a China, durante os anos 1980, induziu, concomitantemente, por meio de sua política econômica, o desenvolvimento do mercado interno e a promoção das exportações. Configurando, inclusive, dois padrões de crescimento: o de promoção das exportações, a partir das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), e o de promoção do desenvolvimento interno por meio de fortes políticas protecionistas das empresas que não se encontravam sob o regime das ZEEs.

Em linhas gerais, a arrancada exportadora chinesa, portanto, foi possibilitada pelo contexto das relações de poder durante a Guerra Fria e da retomada da supremacia dos EUA. Com o fim da Guerra Fria e o reenquadramento norte-americano dos seus aliados e concorrentes, o contexto geopolítico mudou inteiramente, e a China começa a receber outro tipo de tratamento por parte da nação norte-americana. No entanto, a China já havia alcançado condições econômicas estruturais para manter seu desenvolvimento extraordinário. Isto foi possível em decorrência da estratégia chinesa de enfrentar sequencialmente os estrangulamentos da economia e combinar de forma distinta os mecanismos de planejamento e do mercado, descentralizando o planejamento e concentrando os mercados (MEDEIROS, 1999; FIORI, 2008).

3 EXPANSÃO E CRISE DA ECONOMIA MUNDIAL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: O EIXO SINO-AMERICANO

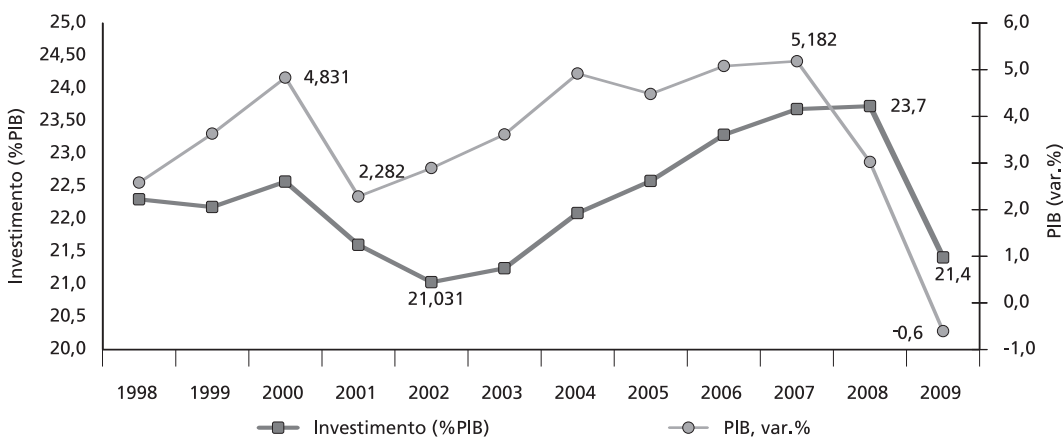
3.1 Estados Unidos e China: indutores da expansão

A evolução da taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) e do investimento (em porcentagem do PIB), bem como os dados apresentados na tabela 1, mostram a configuração inegável de ciclo de expansão da economia mundial, entre 2002 e 2007, inclusive com forte convergência de resultados macroeconômicos, já que quase todas as regiões e países

do mundo apresentaram tendência de crescimento significativa. Cabe aqui tentar explicar esta nova configuração. O que teria mudado nos eixos da dinâmica capitalista no início do século XXI em relação à década de 1990 que teria gerado estes resultados? Quais teriam sido os elementos indutores deste crescimento?

A economia mundial, entre 2003 e 2007, experimentou dinâmica extraordinária de crescimento (gráfico 1). Neste ciclo recente de expansão, a economia mundial cresceu cerca de 4,7%, em médias anuais (tabela 1). Taxa esta maior do que a taxa secular de crescimento da renda mundial entre 1890 e 2006, que foi de 3,2%, em médias anuais. Isto mostra o caráter excepcional desta conjuntura econômica (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007). Além do crescimento da renda mundial, verificou-se também forte ampliação da capacidade produtiva evidenciada pelo crescimento da taxa de investimento da economia mundial, que passou de 21% do PIB, em 2002, para 23,7% do PIB, em 2008 (gráfico 1). O gráfico 1 mostra ainda correlação entre a taxa de investimento da economia mundial e o crescimento do PIB mundial, bem como tendência de aumento destas taxas até 2007.

GRÁFICO 1
Evolução da taxa de crescimento do PIB e do investimento: totais anuais por período (mundo, 1998-2008)
(Em % do PIB)



Fonte: Estatísticas Financeiras Internacionais (EFI/FMI).

Na verdade, esse ciclo de expansão foi decorrência dos novos fluxos comerciais e financeiros que conectaram um novo eixo na dinâmica da acumulação capitalista mundial. Eixo este que articula, por um lado, os EUA e, por outro, as economias do Sudoeste Asiático, especialmente a China. Se durante boa parte do século XX,

mais especificamente nos anos dourados do capitalismo, o eixo dinâmico da acumulação era formado pela tríade EUA, Alemanha e Japão, fica evidente que estes dois últimos países perderam o *status* de “locomotivas” de crescimento do sistema capitalista mundial (tabela 1). Isto não significa afirmar que tais países tenham perdido o *status* de países desenvolvidos. A Alemanha e, mais especificamente, a Europa, por exemplo, transformaram-se e continuam sendo sociedade economicamente rica e politicamente pacífica; no entanto, em território econômico e político imobilizado diante das estratégias globais na primeira década do século XXI. A dificuldade da União Europeia em “consensuar” resolução para a crise grega recente (2010) mostra a impotência da Europa para resolver seus problemas internos e quiçá pensar estratégias externas comuns. Para Fiori, este imobilismo europeu tem motivo claro, a saber:

a União Europeia não tem um poder central unificado capaz de definir e impor objetivos e prioridades estratégicas aos seus Estados-membros, mantendo-se sob o comando militar e o protetorado atômico dos Estados Unidos. Esta impotência já faz tempo que imobiliza a Europa, e ficou ainda mais patente depois da ampliação forçada da União Europeia pelos Estados Unidos, para incluir os países que pertenciam à órbita de influência soviética até 1991. Atualmente, a União Europeia se transformou numa unidade política fraca, com moeda supostamente forte e pouca capacidade de iniciativa estratégica autônoma e unificada no sistema mundial. Estranho paradoxo, por que foi a Europa que inventou os Estados nacionais, o capitalismo, o sistema mundial e o uso sistemático da competição e da guerra como mecanismo de acumulação de riqueza e poder. E agora está se propondo transformar num território político e econômico sem fronteiras e sem competição e guerras internas no continente, mas, ao mesmo tempo, um “ente político-econômico” incapaz de ter um estratagema competitivo global (FIORI, 2008, p. 43).

Nesse novo contexto internacional, a Índia e, sobretudo, a China transformaram-se em “máquinas” de acumulação de riqueza (“locomotivas” de crescimento) da economia capitalista, uma vez que estes dois países juntos representaram aproximadamente 15,4% do PIB mundial em 2008 (CARCANHOLO, FILGUEIRAS e PINTO, 2009). Inclusive, formou-se relação de complementaridade e competição entre os EUA e a China. Este novo eixo sino-americano já se tornou o protagonista da dinâmica econômica mundial, pois

na nova geometria política e econômica do sistema mundial, que se consolidou na primeira década do século XXI, e deve se manter nos próximos anos, os Estados Unidos manterão sua centralidade e aprofundarão sua relação com a China, do ponto de vista comercial e financeiro. Mas esta relação econômica, complementar e virtuosa não impedirá a existência de conflitos frequentes e localizados, na medida em que for se transformando em ações concretas a ambição hegemônica da China, em toda a Ásia (FIORI, 2010, p. 12).

Na verdade, a dinâmica de acumulação da década de 1990 criou relação siamesa, nos âmbitos comercial e financeiro, entre a economia norte-americana e a chinesa. No plano comercial, a China, ao manter o iuane quase fixo em relação ao dólar, se afirmou como exportador líquido para os EUA, inclusive mantendo elevados superávits comerciais. Isto suscitou certo conflito comercial em que a nação norte-americana defende a redução do protecionismo chinês e advoga a valorização da sua moeda. É preciso destacar que esta posição norte-americana não é assim tão linearmente defendida internamente. Por um lado, estas medidas encontram apoio nas empresas domésticas norte-americanas e nos sindicatos que têm seus mercados de produtos e de trabalho deslocado pela exportação chinesa. Por outro lado, estas são, em certa medida, refutadas pelas grandes empresas multinacionais norte-americanas que operam na China – por meio de IEDs – e participam de boa parte da cadeia de valor adicionado das exportações chinesas destinadas ao mercado dos EUA (MEDEIROS, 2008; TAVARES e BELLUZZO, 2004).

No plano financeiro, a “inclusão” da China no mercado de bens e no mercado de capitais dos EUA significou a maior e mais rápida expansão do “território econômico supranacional” norte-americano, pois potencializou significativamente “o poder do dólar e dos títulos da dívida pública do governo americano e a capacidade de multiplicação do seu capital financeiro” (FIORI, 2008, p. 67). Neste contexto, Tavares e Belluzzo (2004) alertam que a China é, ao mesmo tempo, devedora dos EUA – devido aos altos IEDs norte-americanos no território chinês – e credora do Estado norte-americano – em virtude do enorme acúmulo de reservas soberanas na forma de títulos do Tesouro americano.

Esses elementos evidenciam claramente a relação siamesa das economias norte-americana e chinesa, o que levou Tavares e Belluzzo a afirmarem que:

Qualquer diminuição acentuada no comércio e no investimento da China afetaria dramaticamente a economia do Leste Asiático – do qual a expansão chinesa é hoje o principal motor – e poderia provocar “enfarte” numa das artérias mais importantes da globalização americana. A pressão exercida por expoentes do poder americano para penalizar o sistema de proteção chinês e diminuir seu superávit, parece uma vez mais o cacete protecionista para dentro e liberal para fora, em que as lideranças americanas recaem periodicamente (TAVARES e BELLUZZO, 2004, p. 34).

Após a exposição das relações de complementaridade e conflitos desse eixo sino-americano, faz-se necessário mostrar como se deu a condução, por parte deste eixo, da expansão recente da esfera produtiva real da economia mundial, entre 2003 e 2007. Entre

os fatores macroeconômicos, Serrano (2008) e Filgueiras e Gonçalves (2007) destacam dois elementos que se articulam. O primeiro elemento foi decorrência da ampliação das políticas macroeconômicas expansionistas dos EUA – iniciadas com o *crash* da Associação Nacional Corretora de Valores e Cotações Automatizadas (NASDAQ), em outubro de 2000 – após os atentados de 11 de setembro de 2001, tanto no âmbito monetário como no fiscal. No que diz respeito à política monetária da nação norte-americana ocorreu forte redução das taxas de juros básica que passou de 3,1%, em setembro de 2001, para 1,7%, em janeiro de 2002. Esta tendência já era observada antes mesmo dos ataques às torres gêmeas, quando a taxa de juros passou a cair mês a mês desde dezembro de 2000 (6,4%) até alcançar o valor de 3,7%, em agosto de 2001.

No que tange à política fiscal dos EUA, verificou-se aumento dos gastos e redução dos impostos, que geraram aumento no déficit público – que passou de -1,3% do PIB, em 2001, para 1,5% do PIB, em 2002, alcançando patamar de 3,4% do PIB, em 2003 (tabela 2). A combinação das políticas fiscal e monetária expansionistas permitiu recuperação econômica muito rápida da economia norte-americana, que já em 2004 estava crescendo a uma taxa de 3,6% (tabela 2).

TABELA 2
Indicadores macroeconômicos (mundo, EUA e China, 1990-2009)

Mundo, Estados Unidos e China - Indicadores Macroeconômicos Selecionados													
Médias Anuais por Período - 1990-2008													
Países	Períodos/ Indicadores	1990-1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2003-2007
Mundo	PIB Cresc. Real (% a.a.)	2,9	4,8	2,3	2,9	3,6	4,9	4,5	5,1	5,2	3,0	-0,6	4,7
	Inflação (%)	26,3	4,6	4,3	3,5	3,7	3,6	3,8	3,7	4,0	6,0	2,4	3,8
	Volume do Comércio Cresc. (% a.a.)	6,6	12,3	0,2	3,6	5,4	10,7	7,7	8,8	7,2	2,8	-10,7	8,0
	Trans. Corr. % PIB (Média de todos o países)	-2,4	-2,5	-2,9	-2,7	-1,8	-1,5	-1,8	-2,3	-3,9	-5,9	N.A	-2,3
	Reservas Intern. (US\$ bilhões)	733	775	833	1.033	1.364	1.815	2.311	3.081	4.377	4.961	5.500	2.590
Estados Unidos	PIB Cresc. Real (% a.a.)	3,1	3,7	0,8	1,6	2,5	3,6	2,9	2,8	2,0	1,6	-2,4	2,8
	Inflação (%)	3,0	3,4	2,8	1,6	2,3	2,7	3,4	3,2	2,9	3,8	-0,3	2,9
	Tx básica de juros (p.p.) ¹	5,1	6,2	3,9	1,7	1,1	1,4	3,2	5,0	5,0	1,9	0,2	3,1
	Déficit Público % PIB	2,1	-2,4	-1,2	1,5	3,4	4,4	3,2	2,0	2,7	6,6	12,5	3,1
	Trans. Corr. % PIB	-1,6	-4,2	-3,9	-4,3	-4,7	-5,3	-5,9	-6,0	-5,2	-4,9	-2,9	-5,4
China	PIB Cresc. Real (% a.a.)	10,0	8,4	8,3	9,1	10,0	10,1	10,4	11,6	11,9	9,6	8,7	10,8
	Inflação (%)	7,8	0,3	0,7	-0,8	1,2	3,9	1,8	1,5	4,8	5,9	-0,7	2,6
	Tx básica de juros (% a.a.)	7,8	3,2	3,2	2,7	2,7	3,3	3,3	3,3	3,3	2,8	2,8	3,2
	Taxa de Câmbio (/US\$)	7,2	8,3	8,3	8,3	8,3	8,3	8,2	8,0	7,6	6,9	6,8	8,1
	Trans. Corr. % PIB	1,7	1,7	1,3	2,4	2,8	3,6	7,2	9,4	11,3	9,5	N.A	6,9

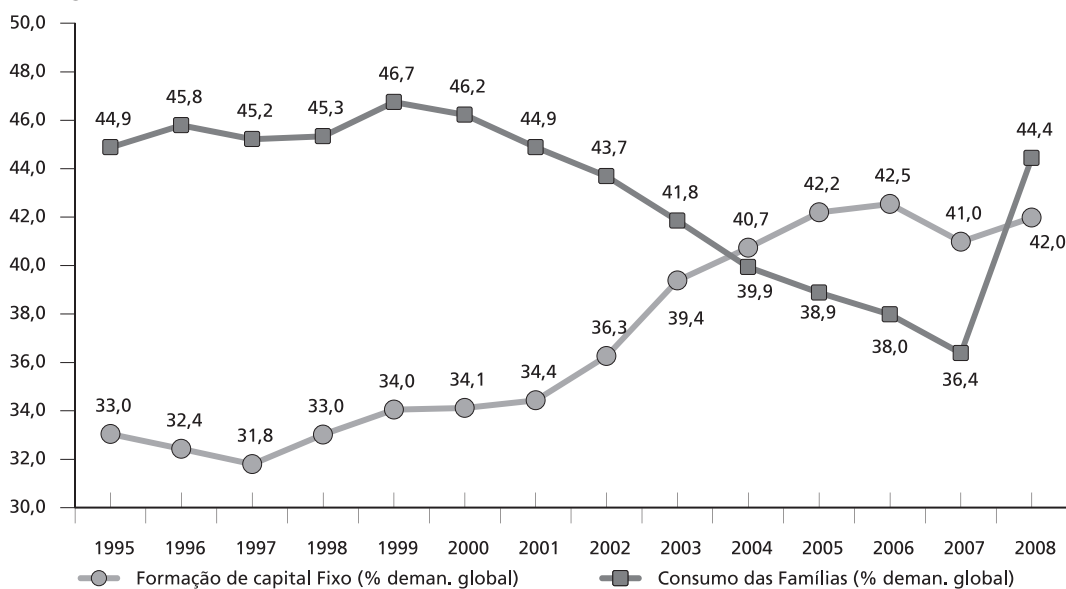
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do International Monetary Fund: World Economic Outlook Database, abril 2010 e International Financial Statistics, maio 2010

Nota: ¹ Federal funds rate.

O segundo elemento macroeconômico da expansão mundial recente foi a política econômica da China que optou por: *i*) expandir ainda mais o programa de investimentos públicos em infraestrutura, em curso desde 1998, depois dos atentados de 11 de setembro de 2001 nos EUA. Isto se refletiu, por sua vez, no crescimento dos investimentos – por meio da formação bruta de capital fixo (FBKF) – da ordem de 23,5% (de 34,4% do PIB, em 1998, para 42,5% do PIB, em 2006) (gráfico 2); e *ii*) manter sua taxa de câmbio fixa em relação ao dólar durante e após a crise da NASDAQ, em 2000, bem como posteriormente aos atentados de 11 de setembro de 2001 (tabela 2), quando o dólar passou a se desvalorizar em relação às principais moedas, inclusive em comparação com algumas moedas de países asiáticos (SERRANO, 2008).

GRÁFICO 2

Participação da formação bruta de capital (FBKF) e do consumo das famílias no total da demanda global (China, 1995-2008)



Fonte: EFI/FMI.

Essa política econômica chinesa de preservação da estabilidade nominal de sua moeda manteve a expansão do seu mercado interno, ao mesmo tempo em que se voltou à ampliação das relações de comércio e investimento da China na Ásia, bem como em outras regiões, tais como África e América Latina. Isto foi possível em virtude de vários fatores, entre os quais se destacam: *i*) o controle dos fluxos de capitais exercido pelo Estado chinês; *ii*) a ampliação dos investimentos em infraestrutura capitaneados

predominantemente pelas empresas públicas; *iii*) a busca de mecanismos estatais de conglomeração e internacionalização; *iv*) o financiamento público do investimento; *v*) as inovações tecnológicas; e *vi*) uma política fiscal ativa. Tais elementos deixam evidente o elevado grau de indução e controle do governo chinês sobre sua economia (MEDEIROS, 2006).

É preciso destacar, aqui, o novo papel econômico desempenhado pela China na economia mundial. Papel que Medeiros (2006) denominou de “duplo polo”, visto que a China, em um polo, afirma-se como produtor mundial de produtos da tecnologia da informação (TI) e de bens de consumo industriais – aparecendo como o principal produtor de manufaturas intensivas em mão de obra –, transformando-se em exportador líquido para os EUA. Em outro polo, aparece como grande mercado para a produção mundial de máquinas e equipamentos e, sobretudo, de matérias-primas (petróleo, minerais, produtos agrícolas etc.), transformando-se, inclusive, em importador líquido para Ásia e África e também para os países latino-americanos. Vale ressaltar que a análise de Medeiros (2006) em relação ao papel da China esteve centrada na dinâmica regional do Sudeste Asiático; no entanto, recentemente fica cada vez mais evidente que a China vem funcionando como “duplo polo”⁶ importante não só para sua economia regional, mas também para a economia mundial como um todo, exercendo forte influência na dinâmica da Ásia, da África, da América Latina e da Europa.

Portanto, é claro que o Estado chinês vem adotando política econômica desenvolvimentista, de cunho keynesiano, para garantir a continuidade das elevadas taxas de crescimento – expansão média real do PIB de 10,8%, entre 2003 e 2007; de 9,6%, em 2008; e de 8,7%, em 2009, no auge da crise internacional (tabela 2). Cabe apresentar, de forma sintética, as características e algumas limitações do atual padrão de crescimento chinês.

Segundo Medeiros (2008), o aumento concomitante da aceleração das taxas de crescimento do investimento (FBKF) e das exportações provocou diminuição relativa

6. Segundo Medeiros (2006, p. 387), o entendimento do papel de “duplo polo” da economia chinesa sobre a economia mundial só é possível a partir da compreensão da combinação de dois efeitos da economia da China: *i*) o efeito composição, que se relaciona com o grau de complementaridade e rivalidade das exportações chinesas, decorrente da pauta exportadora chinesa; e *ii*) o efeito escala, que se associa ao ritmo de crescimento do mercado chinês e a seus impactos sobre a aceleração de suas importações. Este último efeito é um dos mais relevantes para explicar o aumento das exportações de matérias-primas e alimentos da África e da América Latina para a China.

do excedente de mão de obra, gerando, por sua vez, aumento do salário real.⁷ Em associação a este aumento salarial, também se verificou redução da pobreza e melhoria nas condições habitacionais em virtude dos programas estatais de investimento em infraestrutura. A despeito destas melhorias salariais e das condições sociais, na base da pirâmide socioeconômica chinesa, verificou-se forte ampliação da concentração da renda na China em prol dos capitalistas e em prejuízo aos trabalhadores, bem como em favor da cidade em detrimento do campo. Esta situação, já em curso desde os anos 1990, é proveniente da combinação de alguns fatores, a saber: “termos de troca desfavoráveis à agricultura, a reforma das empresas estatais (maior liberdade de demissão), a expansão do comércio e do investimento externo e a liberalização do mercado de terras urbanas” (MEDEIROS, 2008, p. 256). Além da questão distributiva, Fang, Yang e Meiyan (2009) alertam, ainda, para outras limitações, tais como a elevação constante das taxas de investimento, em proporção do PIB, que pode gerar efeito *crowding out* do consumo final, e a maior amplitude das flutuações econômicas em virtude do crescimento estar atrelado ao investimento.

Nesse contexto, a política econômica desenvolvimentista chinesa e as políticas macroeconômicas expansionistas dos EUA, após o 11 de setembro de 2001, combinadas possibilitaram, por um lado, a manutenção e o posterior aumento das exportações chinesas para os EUA, logo após a rápida recuperação econômica deste último, e, por outro lado, permitiram o aumento das importações chinesas de máquinas e equipamentos originários da Alemanha, dos EUA e do Japão, de produtos industriais dos demais países asiáticos e de matérias-primas e alimentos dos países em desenvolvimento da África e da América Latina.

É preciso destacar, ainda, que a rápida recuperação econômica dos EUA gerou forte aceleração de suas importações, resultando em aumento do seu déficit em transações correntes como proporção do PIB, que passou de 3,8%, em 2001, para 5,3%, em 2004; ao mesmo tempo em que provocou redução no déficit em transações correntes para a média dos países do resto do mundo (tabela 2 e gráfico 3). Com isso, ocorreu a

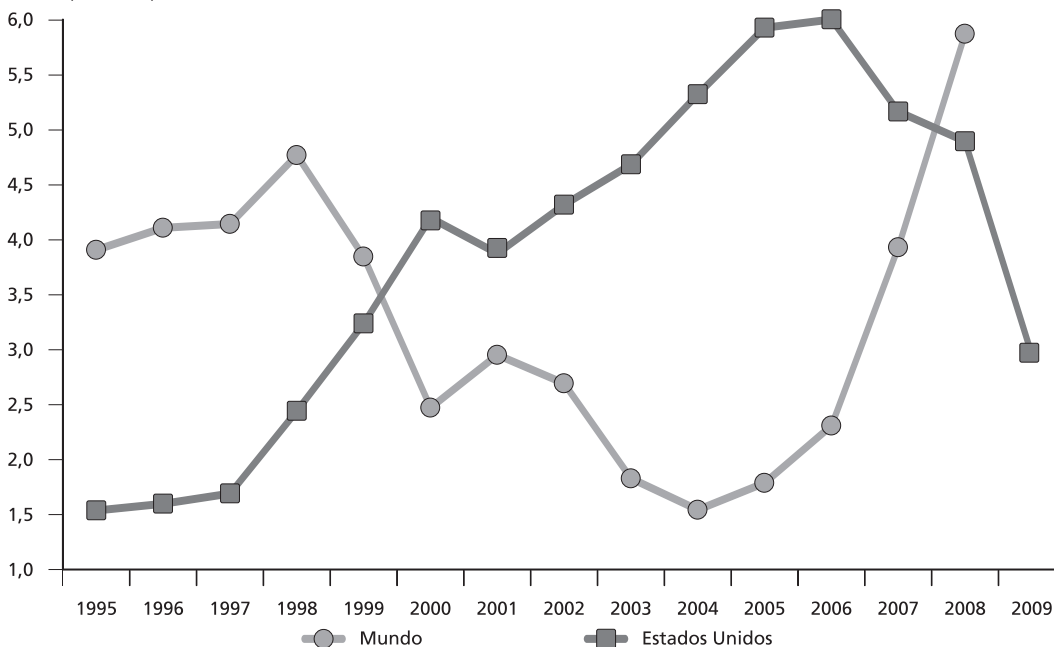
7. “A expansão do emprego ainda ocorreu acompanhada da elevação dos salários, (...) desde meados dos anos 1980 os salários urbanos multiplicaram-se por 22 vezes, fazendo com que, a partir de 1986, sua taxa de crescimento quase sempre estivesse acima dos 10%. Em termos absolutos, entre 1986 e 2008, o salário médio nominal medido em iuane cresceu de ¥\$ 111 para ¥\$ 2.436, com destaque para o período de 1998 a 2007, quando aconteceu cerca de 80% de todo este crescimento. Em termos reais, o aumento do salário também foi muito significativo, ainda que inferior ao verificado em termos nominais – devido, principalmente, à elevação da inflação no final dos anos 1980 –, já que se ampliou em torno de seis vezes no mesmo período, saindo de ¥\$ 111 para ¥\$ 591, a preços constantes de 1986” (LEÃO, 2010, p. 51).

geração de superávits no balanço de pagamento de vários países, reduzindo as restrições externas por meio do acúmulo de reservas internacionais.

GRÁFICO 3

Mundo – média dos países – e Estados Unidos – déficit em transação corrente (1995-2009)

(Em % PIB)

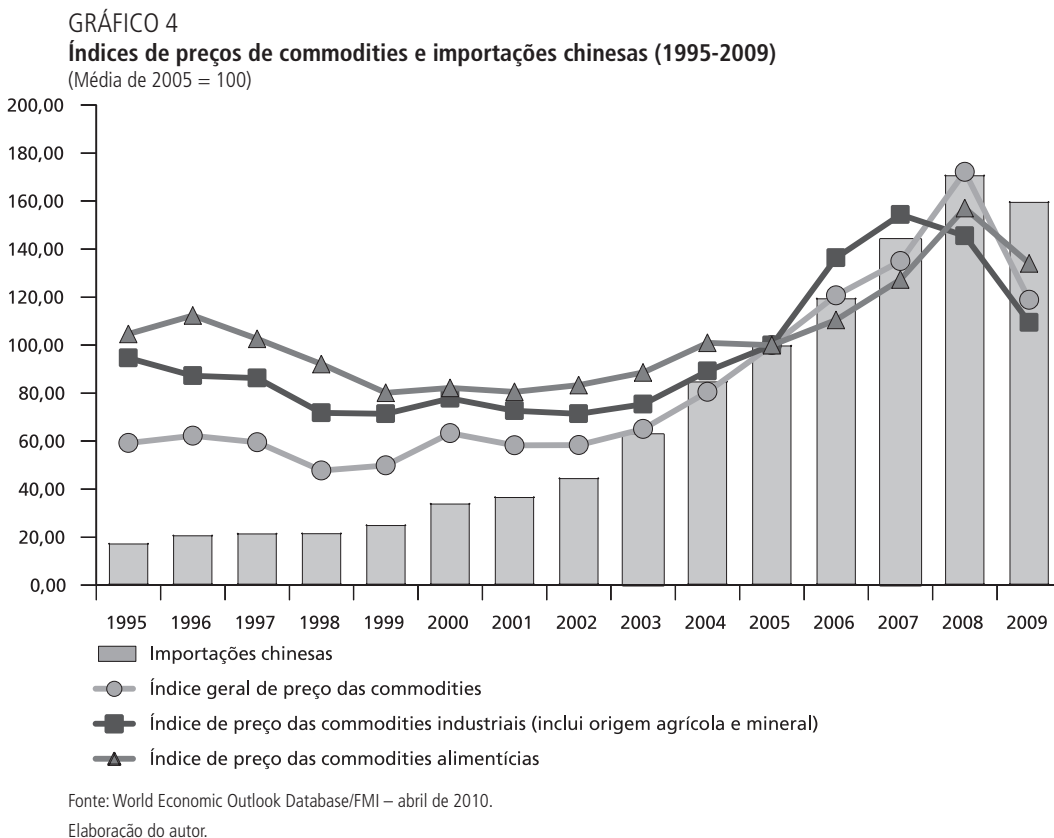


Fonte: EFI/FMI.

A dinâmica de ampliação do déficit em transações correntes da economia americana, em associação com sua política fiscal expansionista, também provocou significativo aumento da liquidez internacional, que pôde ser notada pelo aumento das reservas internacionais, que saltou de US\$ 1.033 bilhões, em 2002, para US\$ 5.500 bilhões, em 2009, crescimento de 432%, o qual foi muito maior que o crescimento do PIB mundial (de 74,5% para esta comparação) (tabela 2).

A combinação do aumento da renda mundial, da redução das restrições externas de diversos países, da ampliação da liquidez internacional e, sobretudo, da aceleração da “locomotiva” chinesa gerou expansão do volume do comércio mundial, que passou de uma taxa de crescimento de 0,3%, em 2001, para uma de 7,2%, em 2007 (tabela 2), bem como ocasionou forte elevação dos preços das *commodities* (crescimento de 131,5%, entre 2002 e 2007, no seu índice geral). Esta dinâmica, em boa medida, foi fruto da expansão

das importações chinesas, haja vista a forte correlação entre a evolução das importações da China e o índice de preços de *commodities* expressos no gráfico 4.



Esse novo cenário internacional, marcado por novo eixo sino-americano, gerou impactos positivos para toda a economia latino-americana, inclusive para o Brasil, já que se verificou expansão do *quantum* das exportações do continente, alta dos preços internacionais das principais *commodities* – sobretudo do petróleo, do gás, dos minerais e dos alimentos – exportadas pela região e expansão da liquidez internacional. Especificamente para o Brasil, estes elementos, em articulação, propiciaram acelerado crescimento das taxas de exportação, em valor, e melhoria nos termos de troca, relaxando, por sua vez, os problemas de financiamento e restrições externas ao crescimento do país.

No âmbito da economia política internacional, esse novo eixo de acumulação mundial significou a introdução de transformações nas relações de hierarquias do sistema mundial. Na esteira deste processo, a China tornou-se ator econômico e

político de grande envergadura. Particularmente, e de maneira bastante singular com relação à história de desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial, este grande país asiático se transformou em “máquina” de acumulação de riqueza no sistema mundial, configurando, inclusive, relação de cooperação e conflito com os EUA e os países desenvolvidos e ,também, com os vários países periféricos.

3.2. As diferentes estratégias chinesas e norte-americanas de combate à crise internacional

O ciclo de expansão mundial foi interrompido pela crise sistêmica internacional recente. Crise esta que se iniciou, em meados de 2007, no mercado imobiliário norte-americano, mais especificamente no segmento de hipotecas de alto risco (*subprime*), devido ao aumento da inadimplência. Apesar da acentuada desvalorização dos preços dos ativos das instituições financeiras e dos problemas de renovação de crédito, não se tinha ainda claro a extensão, a profundidade e as consequências da crise, pois, dado o processo de desregulamentação financeira, não era evidente se a crise tinha caráter de liquidez ou de solvência. A falência do Lehman Brothers, em setembro de 2008, deixou claro a profundidade da crise, que se configurou em crise de caráter sistêmico que se propagou de forma ainda mais rápida.

A profundidade e a amplitude da crise ficaram evidentes em virtude dos seus impactos na economia mundial. Todos os países foram atingidos pela crise, o que se refletiu na queda mundial do nível de atividade econômica (o PIB mundial apresentou variação negativa de 0,6, em 2009 – como demonstra a tabela 1), do nível de emprego, do fluxo de comércio (o volume do comércio caiu 10,7%, em 2009 – como revela a tabela 2) e dos investimentos (a taxa de investimento mundial contraiu-se quase 10%, de 23,7% do PIB, em 2008, para 21,4% do PIB, em 2009 – como demonstra o gráfico 1).

As características imediatas da crise internacional recente,⁸ comparada inclusive à crise de 1929, têm fatores que, por um lado, a liga à crises da década de 1990 e do início dos anos 2000 e, por outro, a distancia das referidas crises devido a algumas características particulares. O denominador comum desta crise, originária nos EUA, e de todas as crises mais recentes do capitalismo são as crescentes desregulamentação e liberalização dos mercados financeiros em quase todo o mundo, iniciadas na década de 1970 e consolidadas com a política de retomada norte-americana (1979). A desregulamentação financeira, em

8. Para análise detalhada das causas, dos mecanismos de transmissão e dos impactos da crise internacional recente, ver Freitas e Cintra (2008), Kregel (2008) e Farhi (2010).

associação com o uso de novas tecnologias da informação, permitiu a livre movimentação e a valorização dos fluxos financeiros, acelerando vertiginosamente sua velocidade, bem como radicalizou a autonomização da acumulação pela via financeira.

Uma das características particulares dessa crise, em relação às anteriores, diz respeito à sua amplitude e profundidade, uma vez que todos os países desenvolvidos e em desenvolvimento, sem exceção, foram afetados, por meio de canais de transmissão diferenciados, tanto no lado financeiro quanto no produtivo. O aprofundamento da crise, em setembro de 2008, gerou colapso do estado de confiança em quase todos os países; neste contexto, os Estados nacionais tiveram de configurar ampla variedade de estratégias anticíclicas – monetárias e fiscais –, ao estilo keynesiano, para reverter tal situação. Em outras palavras, o maior intervencionismo estatal, em maior ou menor grau, a depender dos impactos da crise, passou a ser a tônica das políticas governamentais ao redor do planeta.

Além das medidas de política monetária centrada na redução das taxas de juros e no aumento da liquidez (base monetária), os Estados nacionais passaram a adotar duas outras medidas de contenção da crise que estavam renegadas até então, a saber: *i*) intervenção direta em instituições bancárias e não bancárias por meio do aumento da garantia sobre depósitos privados e empréstimos bancários, da compra de ativos de valor incerto e da injeção de capital, entre outras medidas; e *ii*) medidas de estímulos fiscais, tais como gastos em infraestrutura, apoio ao emprego, transferências para a população mais pobre, redução de impostos, entre outras medidas.

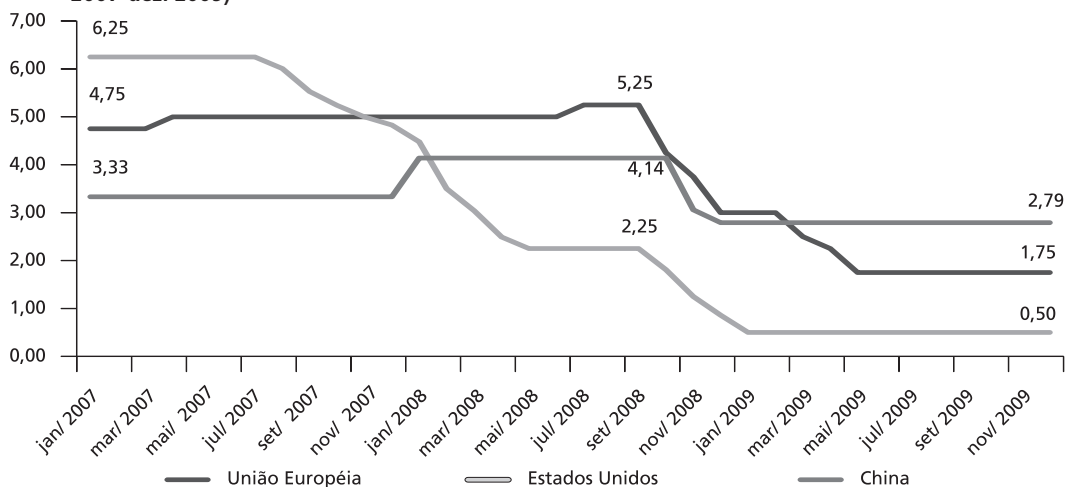
No que tange à intervenção direta do sistema financeiro, Khatiwada (2009) e Acioly, Chernavsky e Leão (2010) destacam que os países que mais utilizaram estes instrumentos, inclusive em termo de montantes de recursos, foram os EUA e o Reino Unido, uma vez que os sistemas financeiros destes dois países foram os mais afetados – próximo do colapso total – devido à maior exposição dos grandes agentes financeiros às hipotecas *subprime*. A intervenção estatal no sistema financeiro foi tão intensa, nestes países, que gerou fato inusitado para o capitalismo do Reino Unido, a saber: a maior parte da propriedade do sistema financeiro passou às mãos do Estado.

No auge da crise (a quebra do Lehman Brothers, em setembro de 2008), diversos países realizaram uma política monetária expansionista por meio da redução de suas taxas

de juros básicas, já a partir de agosto de 2008. O banco central (BC) norte-americano reduziu sua taxa de juros de 2,25 pontos percentuais (p.p.), em agosto de 2008,⁹ para 0,5 p.p., em janeiro de 2009; o BC europeu diminuiu sua taxa de juros de 5,25 p.p., em agosto de 2008, para 1,75 p.p., em junho de 2009; e o BC chinês reduziu sua taxa de juros de 4,14 p.p., em agosto de 2008, para 2,79 p.p., em janeiro de 2009 (gráfico 5).

GRÁFICO 5

Evolução da taxa de juros mensal: taxa de desconto do Banco Central (Estados Unidos e China, jan. 2007-dez. 2009)



Fonte: EFI/FMI – maio de 2010.

Elaboração do autor.

Mesmo com a forte redução das taxas de juros nos EUA e na União Europeia, verificou-se que este país e esta comunidade de países continuaram a enfrentar forte restrição de crédito, levando, inclusive, os BCs dos Estados Unidos, da Europa e da Inglaterra a efetuar “em meados de 2009, operações de recompras de títulos públicos a fim de injetar liquidez na economia (*quantitative easing*) para forçar uma redução das taxas de juros de longo prazo” (ACIOLY, CHERNAVSKY e LEÃO, 2010, p. 8).

Como alertara Keynes (1982), nem sempre a política monetária expansionista consegue criar relação causal entre a expansão monetária e o estímulo à demanda agregada. Em situações de extrema incerteza (colapso do estado de confiança), verifica-se aumento da preferência pela liquidez maior do que a quantidade de moeda

9. Vale ressaltar que o banco central dos Estados Unidos já vinha, desde julho de 2007, reduzindo sistematicamente sua taxa de juros, que saiu de 6,25 p.p., em julho de 2007, para 2,25 p.p., em maio de 2008 (gráfico 5).

em circulação; com isso, verifica-se redução dos preços dos ativos menos líquidos, contraindo-se assim os investimentos, bem como, por meio do multiplicador, o consumo, a renda e o produto. Nesta situação, a política monetária tem pouco efeito sobre a demanda efetiva, como afirmou Keynes:

Se nos vemos tentados a considerar a moeda como a bebida que estimula a atividade do sistema, não nos esqueçamos que podem surgir muitos percalços entre a taça e os lábios. Embora seja de esperar que, *ceteris paribus*, um aumento na quantidade de moeda reduza a taxa de juros, isto não ocorrerá se a preferência do público pela liquidez aumentar mais que a quantidade de moeda; e, conquanto se possa esperar que, *ceteris paribus*, uma baixa na taxa de juros estimule o fluxo de investimento, isto não acontecerá se a escala da eficiência marginal do capital cair mais rapidamente que a taxa de juros; quando, enfim, se possa esperar que, *ceteris paribus*, num aumento do fluxo de investimento faça aumentar o emprego, isso não se produzirá se a propensão a consumir estiver em declínio (KEYNES, 1982, p. 141).

Dado o colapso do estado de confiança durante a crise internacional, os Estados nacionais tiveram de utilizar políticas fiscais expansionistas (estímulos fiscais), em maior ou menor grau. Políticas estas que geram efeitos positivos na demanda agregada, da seguinte forma: *i*) os gastos do setor público estimulam o consumo das famílias e a produção das firmas; e *ii*) a dívida pública permite ao Estado aumentar os gastos agregados, uma vez que utiliza parcela da poupança inativa do setor privado, já que em uma economia monetária sempre há algum grau de moeda entesourada (HERMANN, 2006; BUSATO, 2006). Para Cardim de Carvalho (1999, p. 272), a política fiscal é o instrumento mais efetivo de política econômica, uma vez que ela “é uma forte alavanca para empurrar a demanda agregada para cima ou para baixo, por atingir de forma direta a renda privada”.

Com o aprofundamento da crise, todos os países utilizaram, em maior ou menor grau, estímulos fiscais que se configuraram em ampla variedade de estratégias anticíclicas ao estilo keynesiano. Inclusive, formou-se consenso internacional no auge da crise, que perdurou até a crise grega de 2010, de que as políticas fiscais expansionistas deveriam ser utilizadas.

De modo geral, os países em desenvolvimento, especialmente a China, foram os países que mais se propuseram, no primeiro semestre de 2009, a realizar os maiores esforços fiscais, em proporção do PIB.¹⁰ Quase todos os países utilizaram pacotes fiscais

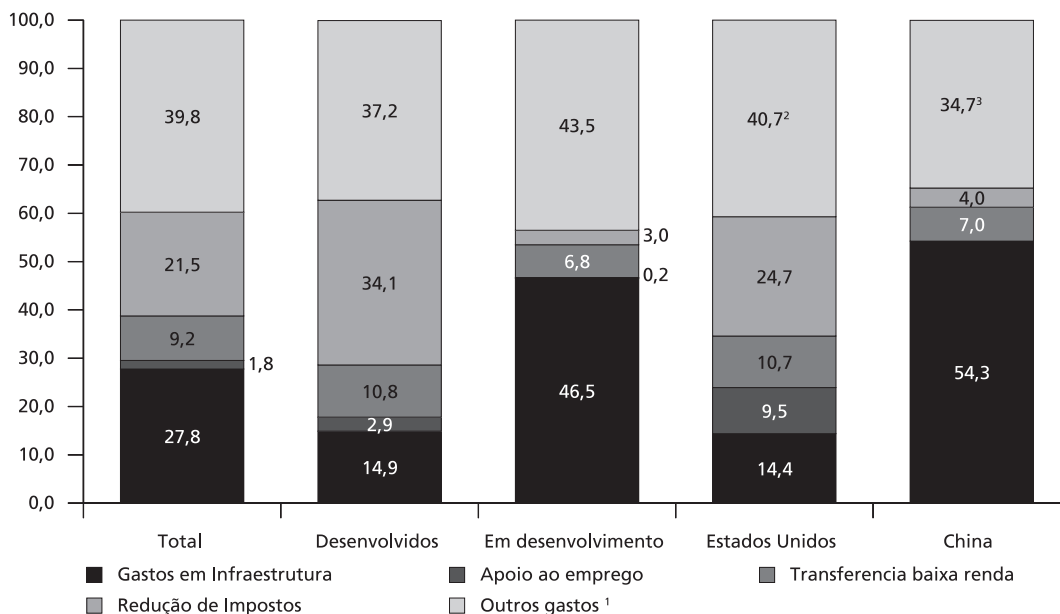
10. “Entre os países desenvolvidos, os que se propuseram, no início de 2009, o maior esforço fiscal, como proporção do PIB, foram os Estados Unidos (5,6%), a Alemanha (2,8%), o Japão (2,3%) e o Canadá (2%). Em seguida, no grupo dos países em desenvolvimento, estão a China (13%), a Arábia Saudita (11,3%), a Malásia (7,9%), o México (4,7%) e a Argentina (3,9%)” (ACIOLY; CHERNAUSKY; LEÃO, 2010, p. 11).

de recuperação econômica; no entanto, verificaram-se diferenças significativas nos tipos de incentivos. O gráfico 6 evidencia que nos países desenvolvidos e nos EUA a maior participação dos esforços fiscais deveria ocorrer na redução de impostos (34,1% para os países desenvolvidos e 24,7% para os EUA) e em outros gastos (37,2% para os países desenvolvidos e 40,7% para os EUA) – fortemente influenciados pelas despesas de salvamento do sistema financeiro –, ao passo que nos países em desenvolvimento, e mais especificamente na China, os esforços fiscais foram direcionados, em grande medida, para os gastos em infraestrutura (46,5% para os países em desenvolvimento e 54,3% para a China).

GRÁFICO 6

Países desenvolvidos e em desenvolvimento, Estados Unidos e China: composição do esforço fiscal por tipo de gasto – estímulos fiscais anunciados para 2009

(Em %)



Fonte: Khatiwada (2009) e Acioly, Chernavsky e Leão (2010).

Notas:¹ Nessa rubrica (outros gastos), estão incluído os gastos destinados à opção da compra de ativos de valor incerto.

² Cerca de 60% dessa rubrica (outros gastos – EUA) foram destinados à opção da compra de ativos de valor incerto do Fannie and Freddie.

³ Cerca de 72% dessa rubrica (outros gastos – China) foram destinados à reconstrução de áreas chinesas (Sichuan, Chengdu etc) atingidas pelo terremoto de 12 de maio de 2008.

Fica evidente que os países desenvolvidos e os em desenvolvimento utilizaram instrumentos keynesianos diferenciados de combate à crise. É preciso, aqui, se deter mais especificamente às medidas de enfrentamento da crise nos EUA e na China, bem

como observar quais foram seus resultados macroeconômicos. Isto é fundamental para que se possa compreender a dinâmica da economia mundial após a crise, bem como para que se entenda quais foram os efeitos deste processo para a economia brasileira.

A evolução das principais variáveis macroeconômicas, entre o segundo trimestre de 2007 e o quarto trimestre de 2009 (tabela 3), mostra que as estratégias de intervenção do governo norte-americano¹¹ para reverter a crise obtiveram resultados aquém do esperado no que diz respeito: *i*) à recuperação do produto, uma vez que a produção industrial, ao longo dos trimestres de 2009, praticamente não mostrou sinais de recuperação, bem como à evolução do PIB (tabela 3); *ii*) ao aumento do nível investimento, pois a FBKF vinha caindo trimestre a trimestre, desde o segundo trimestre de 2007, e sofreu lapso ainda maior entre o quarto trimestre de 2008 e o primeiro trimestre de 2009 (queda de 10,8%). Após isto, a FBCF manteve-se estagnada ao longo de 2009 (tabela 3); e *iii*) à elevação do emprego, já que a taxa de desemprego aberto saltou de 6,6%, no quarto trimestre de 2008, para 8,1%, no primeiro trimestre de 2009, chegando ao patamar de 9,5% no quarto trimestre de 2009 (tabela 3).

TABELA 3
Indicadores macroeconômicos trimestrais selecionados (Estados Unidos, 2º trim. 2007- 4º trim. 2009)

Estados Unidos - Indicadores Macroeconômicos Selecionados											
Trimestre por Período - 2007-2009											
Períodos	2007 T2	2007 T3	2007 T4	2008 T1	2008 T2	2008 T3	2008 T4	2009 T1	2009 T2	2009 T3	2009 T4
Taxa de juros ¹	4,76	4,39	3,51	2,15	1,64	1,66	0,39	0,23	0,18	0,17	0,07
Base Monetária (M2)/PIB (%) (média de 2005=100)	100,3	100,8	101,0	103,2	103,1	104,7	110,8	114,2	115,1	114,6	114,1
Superávit ou déficit (-) fiscal /PIB(%)	1,0	-0,3	-0,7	-1,4	0,3	-1,2	-2,3	-3,2	-2,2	-2,4	-2,7
PIB (média de 2005=100)	110,8	112,2	113,4	113,7	114,7	115,1	113,5	112,2	112,0	112,7	114,4
Investimento (FBKF) (média de 2005=100)	101,7	101,7	100,9	99,5	99,5	97,8	93,3	84,2	82,9	83,0	83,3
Produção Industrial (média de 2005=100)	103,6	104,2	104,4	104,5	103,2	100,8	97,4	92,4	89,9	91,3	92,9
Taxa de Desemprego	4,4	4,7	4,6	5,3	5,2	6,0	6,6	8,8	9,1	9,6	9,5

Fonte: World Economic Outlook Database e EFI/FMI – abril e maio de 2010.

Elaboração do autor.

Nota: ¹ Treasury bill rate.

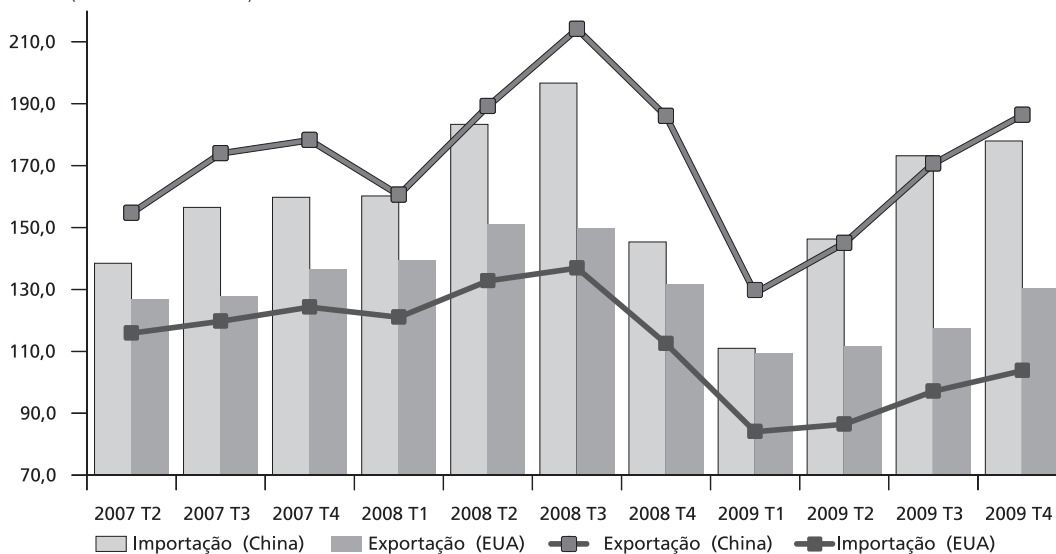
11. Entre as estratégias, podem-se destacar: *i*) a redução da taxa de juros trimestre após trimestre, que se reduziu de 4,76 p.p., no segundo trimestre de 2007, para 0,07 p.p., no quarto trimestre de 2009; *ii*) crescimento de 9% da base monetária (M2) em proporção do PIB, entre o terceiro trimestre de 2008 e o quarto trimestre de 2009; e *iii*) ampliação do déficit fiscal, que salta para patamar elevado ao longo de 2009, durante todo o ano. Entre outras medidas já ressaltadas anteriormente, destacam-se, sobretudo, as operações de salvamentos do sistema financeiro (tabela 3).

Esse baixo dinamismo, quase estagnação, da economia norte-americana, ao longo de 2009, pode também ser observado pela evolução de suas exportações e, sobretudo, suas importações. Entre o terceiro trimestre de 2008 e o primeiro trimestre de 2009, no auge da crise, as exportações caíram 26,9%, refletindo a desaceleração econômica mundial, ao passo que as importações decresceram ainda mais, em um total de 38,6%. Na verdade, isto reflete a forte desaceleração da dinâmica interna da economia norte-americana que gerou, por sua vez, elevada redução das importações. A evolução das importações e das exportações dos Estados Unidos (EUA), a partir do primeiro trimestre de 2009, mostra recuperação pequena (gráfico 7).

GRÁFICO 7

Evolução das exportações e das importações trimestrais da China e dos Estados Unidos (2^o trim. 2007- 4^o trim. 2009)

(Média de 2005 = 100)



Fonte: EFI/FMI – maio de 2010.

Elaboração do autor.

As variáveis econômicas americanas, ao longo de 2009, mostram que a forte injeção de liquidez na economia, por meio dos diversos instrumentos, não se reverteu em aumentos do produto e dos investimentos, gerando, assim, “excesso de liquidez”. Carvalho (2009, p. 116) alerta que dada à posição dos EUA, de emissor da moeda mundial, a abundância de dólares poderá “dar lugar à busca de aplicações rentáveis por todo o mundo, o que favoreceria a recuperação dos mercados futuros de *commodities* e das aplicações em mercados variados”, ampliando o “risco de formação de novas bolhas, a economia mundial poderia viver uma nova onda de liquidez internacional sem a recuperação do setor

produtivo nos países centrais”. O documento da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD – em inglês, United Nations Conference on Trade and Development, 2010), divulgado em março, reforça esta preocupação, ao afirmar que o cassino global reabriu suas portas em virtude da não regulamentação dos mercados financeiros, em contexto de aumento do “excesso de liquidez mundial” oriundo dos pacotes de recuperação econômica, sobretudo o norte-americano.

A “locomotiva” norte-americana ainda está com suas engrenagens adormecidas, em decorrência da crise, e não tem conseguido acelerar após a crise. Por sua vez, a “locomotiva” chinesa, que também fora abalada pela crise econômica, parece que começa a acelerar de forma vigorosa. A China tem funcionado como o “grande motor” de arranque da dinâmica mundial. Na verdade, tal dinâmica já é decorrência das estratégias de recuperação econômica da China implementadas após a crise.

O mecanismo de transmissão da crise internacional sobre a economia chinesa deu-se pela via indireta, com a queda da demanda externa por produtos chineses. Para Fang, Yang e Meiyang (2009), a crise demonstrou os problemas do padrão de acumulação da economia chinesa e a necessidade de construção de estratégias voltadas ao reforço do consumo das famílias para a sustentabilidade do crescimento de longo prazo, bem como a necessidade de fomentar a demanda interna, reduzindo a dependência externa.

A explicitação dos problemas do padrão de expansão econômica da China suscitou, no âmbito do governo e do Partido Comunista, segundo Medeiros (2010), disputa acerca de trajetórias e possíveis correções de rota do “milagre chinês”, em curso desde a reforma de 1978. De um lado, a ala liberalizante do partido defendendo a manutenção do padrão de crescimento vinculado às exportações e aos investimentos diretos externos; de outro lado, os defensores da correção de rota do modelo por meio de estímulos ao consumo das famílias e da ampliação da proteção social.

Os defensores dessa última linha argumentam que o processo de elevada concentração da renda é decorrência do padrão de acumulação pautado em setores intensivos em capital. Para estes, a construção de uma sociedade harmoniosa e comunista só seria alcançada com a ampliação do emprego, dos investimentos sociais e da distribuição de renda, e, para tanto, a alternativa viável seria o reforço do mercado interno por meio da

ampliação do consumo de massa (elevação da participação do consumo das famílias no PIB) e a configuração de um *welfare state* chinês (MEDEIROS, 2010; FANG, YANG e MEIYAN, 2009).

As políticas fiscal e monetária chinesas configuradas após a crise parecem reforçar a linha da correção da rota de acumulação – por meio da ampliação do seu mercado interno. O relatório de trabalho do governo Chinês de 2009, segundo Fang, Yang e Meiyang (2009), deixa claro que o objetivo da política fiscal ativa e da política monetária é garantir o crescimento por meio da expansão da demanda doméstica e do ajuste estrutural. A redução das taxas de juros, a expansão da base monetária (M2) em proporção do PIB (tabela 4), o imenso pacote fiscal de 4 trilhões de renminbis (RMBs) (US\$ 586 bilhões) (gráfico 6), bem como as iniciativas de ampliação da proteção social sinalizam o reforço da estratégia de crescimento pautada pelo avanço de seu mercado interno.¹²

TABELA 4
Indicadores macroeconômicos trimestrais selecionados (China 2º trim. 2007 – 4º trim. 2009)

China – Indicadores Macroeconômicos Selecionados											
Trimestre por Período – 2007-2009											
Períodos	2007 T2	2007 T3	2007 T4	2008 T1	2008 T2	2008 T3	2008 T4	2009 T1	2009 T2	2009 T3	2009 T4
Taxa de juros ¹	3,33	3,33	3,33	4,14	4,14	4,14	2,79	2,79	2,79	2,79	2,79
Base Monetária (M2)/PIB (%) (média de 2005=100)	107,1	106,2	80,2	106,7	99,6	98,9	82,1	129,2	122,9	120,2	N.A
PIB (média de 2005=100)	123,3	129,4	175,9	138,6	155,6	160,0	202,3	143,5	161,8	170,2	N.A
Índice de preço das ações (média de 2005=100)	339,3	414,9	471,0	391,3	290,1	221,5	158,5	188,0	232,0	258,4	276,2

Fonte: World Economic Outlook Database e EFI/FMI – abril e maio de 2010.

Elaboração do autor.

Nota: ¹ *Bank rate* (fim do período).

A evolução dos dados da economia chinesa, apresentados na tabela 4 e no gráfico 7, mostra que, depois da abrupta queda do PIB, no primeiro trimestre de 2009, verificou-se rápida recuperação, haja vista o crescimento, no segundo trimestre de 2009, do PIB de 11,3%, em relação a igual período anterior, e de 5,1%, no segundo trimestre de 2009, no cotejo com o período imediatamente antecedente. Esta evolução positiva do PIB também se verificou no terceiro trimestre de 2009. Cabe destacar ainda a forte recuperação das exportações e das importações chinesas a partir do segundo trimestre de 2009 (gráfico 7), inclusive com taxa de crescimento maior das importações em relação às exportações.

12. Para discussão detalhada sobre as políticas de recuperação da economia chinesa, ver Fang, Yang e Meiyang (2009).

Isto reforça ainda mais os argumentos de que, possivelmente, o governo da China esteja fazendo ajuste do seu atual modelo, buscado robustecer a demanda interna.

As estratégias chinesas e norte-americanas de contenção e recuperação da crise internacional, bem como a evolução econômica destas economias depois do ponto fulcral da crise (terceiro e quarto trimestre de 2008 e primeiro trimestre de 2009), vêm gerando efeitos relevantes nos âmbitos comercial, financeiro e produtivo da economia mundial e brasileira. De forma estilizada, apresentam-se aqui algumas possíveis mudanças em curso:

- 1) No âmbito comercial, reforçaram-se as relações entre os países BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), em grande medida, devido a certa complementaridade produtiva destes países – Brasil, Índia e Rússia são grandes produtores de alimentos, petróleo, minério e outras matérias-primas, ao passo que a China é grande consumidor destes produtos. Além disso, o efeito China pode estar invertendo, no mínimo no médio prazo, os termos de troca em favor dos países periféricos produtores de matérias-primas. Por um lado, a necessidade chinesa de grande quantidade de matérias-primas e alimentos reitera a posição altista dos preços das *commodities*; por outro lado, a produção de manufaturas chinesas, intensiva em trabalho e também em tecnologia, para o mercado interno e a exportação, reforça a posição baixista dos preços destes produtos devido ao efeito escala da produção chinesa. Isto poderá gerar mudanças nas estruturas de exportações e importações de diversos países.
- 2) No âmbito produtivo, o novo eixo sino-americano pode significar mudanças estruturais na divisão internacional do trabalho e das próprias plantas de produção, em virtude da tendência de elevação dos preços das *commodities*, bem como da pressão competitiva chinesa sobre os parques industriais mais complexos.
- 3) No âmbito do fluxo de capitais, essa nova dinâmica pode significar realocação dos IEDs, ao redor do planeta, ao se destinarem a setores voltados aos suprimentos de alimento e matérias-primas direcionados ao mercado chinês. Não são poucos os sinais deste processo, basta observar, por exemplo, a expansão chinesa na África e na América Latina e, mais recentemente, as investidas do capital chinês no Brasil por meio da compra de vastas propriedades rurais agricultáveis¹³ e

13. Os chineses estão adquirindo terras em varias regiões brasileiras. Recentemente, segundo reportagem do jornal *Valor Econômico*, de 27 de maio de 2010, a investida tem sido o cerrado nordestino, mais especificamente no oeste baiano e no Mapito (cerrado do Maranhão, Piauí e Tocantins), última fronteira agrícola do país. "O grupo chinês [Pallas Internacional], formado por investidores privados, mas sempre com a presença do governo da China como sócio, está interessado em adquirir 200 mil e 250 mil hectares de terras tanto no oeste do Estado [baiano] quanto na região do Mapito" (INÁCIO, 2010, p. B14)

da participação do capital chinês em atividades ligadas à exploração de petróleo e à siderurgia.¹⁴ Pelo lado dos fluxos em carteira, derivativos e outros investimentos, verifica-se que sua dinâmica ainda tem componente fortemente especulativo, pois as estratégias de recuperação da economia norte-americana geraram “sobra de liquidez” que não se reverteu em investimento produtivo, além do que a não regulamentação do sistema financeiro internacional abre brechas para que a dinâmica do “cassino global” continue a funcionar.

4 INSERÇÃO INTERNACIONAL BRASILEIRA E VULNERABILIDADE EXTERNA CONJUNTURAL E ESTRUTURAL SOB O EIXO SINO-AMERICANO

O novo eixo sino-americano tem provocado significativas mudanças comerciais, financeiras e produtivas na economia mundial, bem como na relação entre o Brasil e o resto do mundo na primeira década do século XXI. Ver-se-ão agora os impactos deste novo eixo para a inserção brasileira – em especial, a questão da vulnerabilidade externa conjuntural e estrutural.

4.1 Exportações, contas externas e vulnerabilidade externa conjuntural

A análise da evolução das exportações, das contas externas e da vulnerabilidade externa da economia brasileira, entre 1999 e 2009, requer a diferenciação de três subperíodos, cujos anos iniciais ou finais marcaram eventos internos e externos importantes para a economia brasileira, que se refletiram na dinâmica de seu balanço de pagamentos, bem como na questão da vulnerabilidade externa. São os seguintes períodos: 1999-2002, 2003-2007 e 2008-2009.

No plano externo, o período 1999-2002 foi marcado por forte instabilidade da economia mundial (desdobramentos da crise asiática – 1997), a crise brasileira (1999), a crise da bolsa da NASDAQ (2000) e os atentados às torres gêmeas em 11 de setembro

14. Os chineses estão ampliando os investimentos no Brasil nos setores de petróleo e siderurgia. Recentemente, segundo reportagem do jornal *O Globo*, de 22 de maio de 2010, a empresa chinesa “Sinochem – um dos principais conglomerados estatais do país, com atuações nos setores de energia, agronegócio, químico e imobiliário – venceu a disputa por uma participação de 40%, avaliada em US\$ 3,07 bilhões, em um campo petrolífero da Statoil, na bacia de Campos” (ROSA e NOVO, 2010, p.1). Além disso, a siderúrgica estatal chinesa “Wisco acertou com a MMX Mineração, do empresário Eike Batista, desembolsar 70% de um investimento de US\$ 5 bilhões na construção de uma siderúrgica no Porto do Açu, em São João da Barra/RJ” (*op. cit.*, p.1). Ainda neste setor, verificou-se que o grupo Itaminas vendeu “seus negócios de minério, por US\$ 1,2 bilhão, para o consórcio chinês ECE Birô de Exploração e Desenvolvimento Mineral do Leste da China” (*op. cit.*, p.1).

(2001), que se refletiu na desaceleração da economia mundial, em 2001 e 2002, bem como na desaceleração do volume de comércio mundial).

TABELA 5
Transações correntes: valor acumulado para os períodos (1995-2009)
 (Em US\$ bilhões)

Ano	Balança Comercial	Serviços e Renda	Transferências	Saldo	%PIB
1995-1998	-22,4	-92,7	9,3	-105,8	
1999	-1,2	-25,8	1,7	-25,3	-4,3
2000	-0,7	-25,0	1,5	-24,2	-3,8
2001	2,7	-27,5	1,6	-23,2	-4,2
2002	13,1	-23,1	2,4	-7,6	-1,5
1999-2002	13,9	-101,5	7,2	-80,4	
2003	24,8	-23,5	2,9	4,2	0,8
2004	33,6	-25,2	3,2	11,7	1,8
2005	44,7	-34,3	3,6	14,0	1,6
2006	46,5	-37,1	4,3	13,6	1,3
2003-2006	149,6	-120,1	14,0	43,5	
2007	40,0	-42,5	4,0	1,6	0,1
2008	24,8	-57,3	4,2	-28,2	-1,7
2009	25,3	-52,9	3,3	-24,3	-1,5
2007-2009	90,2	-152,7	11,6	-50,9	

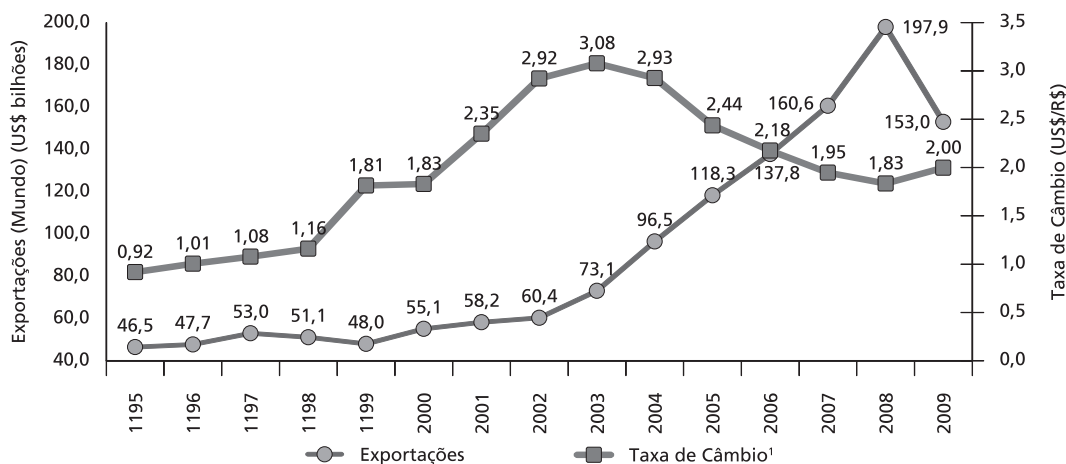
Fonte: Banco Central do Brasil (BCB).

A despeito desse contexto externo adverso, as contas externas brasileiras melhoraram nesse período em virtude das mudanças nos eixos da política econômica depois da crise cambial enfrentada pelo Brasil em 1998 e 1999. A crise levou o país à forte desvalorização do real, sepultando a *âncora cambial*, e à configuração de três novos eixos para a política econômica, a saber: sistema de meta de inflação, política de superávits primários elevados e regime de câmbio flutuante. Este último elemento da política macroeconômica foi o maior responsável do ajuste externo, pois o processo de desvalorização do real, que durou até 2003 (a taxa de câmbio passou de 1,08 R\$/US\$, em 1998, para 2,92 R\$/US\$, em 2002 – como demonstra o gráfico 8), possibilitou aumento significativo das exportações (crescimento de 25,8%, entre 1999 e 2002, de US\$ 48 bilhões para R\$ 60,4 bilhões), bem como a reversão dos saldos negativos da balança comercial (o déficit de R\$ 22,4 bilhões acumulado, entre 1995 e 1998, reverteu-se em superávit acumulado de R\$ 13,9 bilhões, entre 1999 e 2002 – como demonstram a tabela 5 e o gráfico 8), em cenário internacional de baixo crescimento. Vale destacar que, apesar da desvalorização do real em 1999 e 2000, a balança comercial só se tornou superavitária a partir de 2001 (tabela 5) (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007).

GRÁFICO 8

Evolução das exportações brasileiras e da taxa de câmbio (1995-2009)

(Em US\$ bilhões e US\$/R\$)



Fonte: BCB.

Nota: ¹Taxa de câmbio (R\$/US\$) – comercial/venda (média).

A melhoria no desempenho da balança comercial, entre 1999 e 2002, foi o elemento fundamental para reduzir os déficits em transações correntes ao longo do período (o déficit acumulado das transações correntes reduziu-se de R\$ 105,7 bilhões, entre 1995 e 1998, para R\$ 80,3 bilhões, entre 1999 e 2002 – como demonstra a tabela 5), já que a conta de serviços e renda continuou no mesmo patamar de déficits entre 1999 e 2002. Inclusive, este déficit aumentou nesse último período (o déficit acumulado de serviços e renda ampliou-se de R\$ 92,7 bilhões, entre 1995 e 1998, para R\$ 101,5 bilhões, entre 1999 e 2002 – como demonstra a tabela 5) (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007).

Filgueiras e Pinto (2009) alertaram que, além do efeito câmbio, essa melhoria da conta de transações correntes, entre 1999 e 2002, foi decorrência do baixo crescimento econômico do país, pois a melhoria da balança comercial – principal responsável pela mudança nas transações correntes – foi fruto, em boa medida, da redução das importações, entre 1999 e 2002 – o valor médio das importações entre 1995-1998 e 1999-2002 caiu de US\$ 55,2 bilhões para US\$ 52 bilhões (tabela 6) –, que ocorreu devido ao baixo crescimento do PIB, entre 1999 e 2002. A exceção desse período foi o ano 2000, em que se verificou maior crescimento do PIB (4,3%) (tabela 1) e que gerou, ao mesmo tempo, o único crescimento das importações, entre 1999 e 2002 (variação positiva de 13,4% das importações entre 2003 e 2004 – como demonstra a tabela 6).

TABELA 6
Balança Comercial (Brasil versus resto do mundo, Brasil versus China e Brasil versus Mercosul,¹ 1995-2009)

(Em US\$ bilhões; variação anual em %)

Ano	Exportações (Mundo)		Importações (Mundo)		Saldo (Mundo)	Saldo (Brasil x China)	Saldo (Brasil x Mercosul)
	valor	var.(%)	valor	var.(%)	valor	valor	valor
Média(1995-1998)	49,6	4,2	55,2	16,5	-5,6	-0,02	-0,65
1999	48,0	-6,1	49,2	-14,7	-1,2	-0,19	0,06
2000	55,1	14,7	55,8	13,4	-0,7	-0,14	-0,06
2001	58,2	5,7	55,6	-0,4	2,7	0,57	-0,64
2002	60,4	3,7	47,2	-15,0	13,1	0,97	-2,29
Média(1999-2002)	55,4	4,5	52,0	-4,2	3,5	0,30	-0,73
2003	73,1	21,1	48,3	2,2	24,8	2,39	0,00
2004	96,5	32,0	62,8	30,1	33,6	1,73	2,54
2005	118,3	22,6	73,6	17,1	44,7	1,48	4,69
2006	137,8	16,5	91,4	24,1	46,5	0,41	5,02
2007	160,6	16,6	120,6	32,0	40,0	-1,87	5,73
Média(2003-2007)	117,3	21,8	79,3	21,1	37,9	0,8	3,6
2008	197,9	23,2	173,1	43,5	24,8	-3,64	6,80
2009	153,0	-22,7	127,7	-26,2	25,3	4,28	2,72
Média(2008-2009)	175,5	0,3	150,4	8,6	25,1	0,3	4,8

Fonte: BCB.

Nota: ¹Mercado Comum do Sul.

A melhoria das transações correntes entre 1999 e 2002 veio acompanhada de deterioração na conta financeira (queda de 36,6% do saldo acumulado, entre 1995-1998 e 1999-2002), proveniente da forte redução do fluxo estrangeiro de investimento em carteira originária da redução da liquidez mundial, bem como dos efeitos das crises brasileiras de 1999 e 2002 (tabela 7).

TABELA 7
Fluxos líquidos de capitais (1995-2009)
 (Em US\$ bilhões)

Ano	Investimento direto			Investimento em carteira	Derivativos	Outros investimentos	Saldo
	IED ¹	IBD ²	Saldo				
1995-98	63,0	4,6	58,4	61,6	-0,7	-2,2	117,0
1999	28,6	1,7	26,9	3,8	-0,1	-13,6	17,0
2000	32,8	2,3	30,5	7,0	-0,2	-18,2	19,1
2001	22,5	-2,3	24,7	0,1	-0,5	2,8	27,1
2002	16,6	2,5	14,1	-5,1	-0,4	-1,1	7,6
1999-02	100,4	4,2	96,2	5,7	-1,1	-30,1	70,7
2003	10,1	0,2	9,9	5,3	-0,2	-10,4	4,6
2004	18,1	9,8	8,3	-4,8	-0,7	-10,8	-7,9
2005	15,1	2,5	12,5	4,9	0,0	-27,5	-10,1
2006	18,8	28,2	-9,4	9,1	0,0	15,7	15,4
2003-06	62,2	40,8	21,4	14,5	-0,8	-33,1	2,0

(Continua)

(Continuação)

Ano	Investimento direto			Investimento em carteira	Derivativos	Outros investimentos	Saldo
	IED ¹	IBD ²	Saldo				
2007	34,6	7,1	27,5	48,4	-0,7	13,1	88,3
2008	45,1	20,5	24,6	1,1	-0,3	2,9	28,3
2009	25,9	-10,1	36,0	50,3	0,2	-16,3	70,2
2007-09	105,6	17,4	88,2	99,8	-0,9	-0,3	186,8

Fonte: BCB.

Notas: ¹ Investimento Estrangeiro Direto (líquido); (+) significa entrada.

² Investimento Brasileiro Direto (líquido); (+) significa saída.

Em suma, verificou-se melhoria das contas externas entre 1999 e 2002, bem como redução da vulnerabilidade externa conjuntural (tabela 9), em relação ao período 1995-1998. Esta nova situação das contas externas foi gerada por dois fatores articulados, a saber: o baixo crescimento econômico e a desvalorização do real. Tendo este último elemento o papel preponderante nesta recuperação.

Em 2004, a tendência de desvalorização do real foi revertida e a moeda nacional passou a se valorizar ano após ano até 2008 (queda da taxa de câmbio de 3,08 R\$/US\$, em 2003, para 1,83 R\$/US\$, em 2008, como demonstra o gráfico 7). Em tese, ocorreria deterioração das transações correntes, implicando aumento da vulnerabilidade externa conjuntural. No entanto, o que se observou, entre 2003 e 2007, foi uma significativa melhora das contas externas e, conseqüentemente, redução da vulnerabilidade externa conjuntural. Como isto foi possível? Quais teriam sido os elementos indutores deste processo? Claramente, o efeito externo proveniente do novo eixo geoeconômico sino-americano. Buscar-se-á mostrar, a seguir, os dados que evidenciam o porquê desta resposta tão contundente. Em primeiro lugar, apresentam-se os dados que mostram a melhoria das contas externas entre 2003 e 2007. Em segundo lugar, explicitam-se as relações entre estes resultados e a dinâmica do novo eixo geoeconômico.

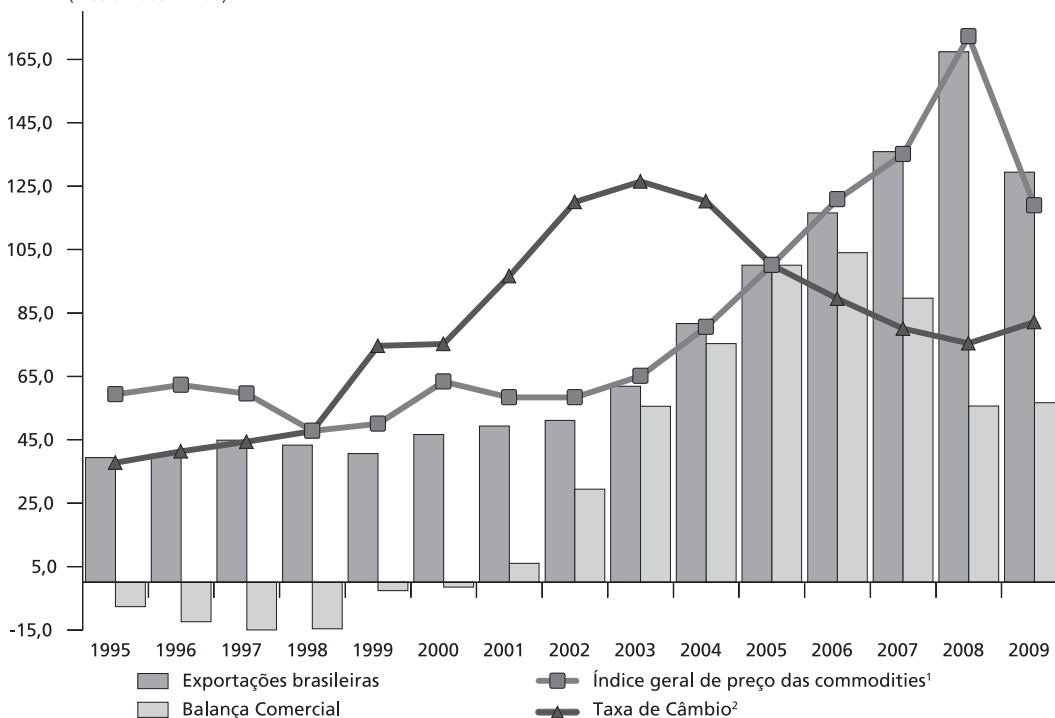
O saldo acumulado da balança comercial, entre 1999-2002 e 2003-2006, aumentou a uma taxa de 978% (de US\$13,9 bilhões, em 1999-2002, para US\$ 149,9 bilhões, em 2003-2006 – como demonstra a tabela 5). Com este novo patamar de superávit comercial, configurou-se a transformação dos déficits em conta corrente, em superávits, em 2003 (US\$ 4,3 bilhões), que foram se ampliando a cada ano até alcançar US\$ 13,6 bilhões, em 2006 (tabela 5). A balança comercial fora a responsável por esta reversão, uma vez que os déficits na conta de serviços e renda acumulados, entre 1999-2002 e 2003-2006, aumentaram em 18,3% (de R\$ 101,5 bilhões para R\$ 120,1 bilhões – como revela a tabela 5).

A explicação para essa nova configuração positiva das contas externas pode ser encontrada por meio da análise da evolução das exportações que saltaram, de forma impressionante, de US\$ 60,4 bilhões, em 2002, para US\$ 137,8 bilhões, em 2006; e depois para US\$ 160,6 bilhões, em 2007 (gráfico 8 e tabela 6). Mesmo com a valorização do real de 36,7%, entre 2003 e 2007, as exportações cresceram 119,8%, nesse período (gráfico 9), apresentando trajetória quase que sincronizada com a evolução do índice geral de preços de *commodities* e mostrando forte correlação entre estas duas séries históricas, entre 2003 e 2007 (gráfico 9).

GRÁFICO 9

Evolução das exportações e da balança comercial brasileira, da taxa de câmbio e do índice geral de preços das *commodities* (1995-2009)

(Média 2005 = 100)



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Secex/MDIC, Ipeadata e BCB).

Elaboração do autor.

Notas: ¹Inclui os preços das *commodities* combustíveis e não combustíveis.

²Taxa de câmbio (R\$/US\$) comercial/venda (média).

Diante da evidência de que as séries históricas de exportação e preços de *commodities* passaram a caminhar juntas, a partir de 2003, provavelmente, há significativa relação entre as exportações brasileiras e as importações chinesas, já que estas últimas

também passaram a ter trajetórias bastante relacionadas com a evolução dos preços das *commodities* a partir de 2003 (gráfico 4). Carvalho coaduna com esta tese (que o efeito China (importações) é o principal responsável pelo aumento das exportações brasileiras) ao afirmar que:

O crescimento vigoroso das exportações brasileiras pode ser atribuído em grande parte aos efeitos da China sobre os produtos primários que nós exportamos e sobre outros países que exportam produtos primários para os quais o Brasil vende produtos industrializados, como muitos dos nossos parceiros comerciais na América Latina [sobretudo no âmbito do Mercosul] (CARVALHO, 2009, p. 119).

Essa afirmativa é corroborada pelos dados da evolução dos principais destinos das exportações brasileiras (tabela 9), uma vez que o Mercosul e a China – mais Hong Kong e Macau – foram os dois destinos, entre 2003 e 2007, que apresentaram as maiores taxas de crescimento, em valor e participação. No caso do Mercosul, as exportações brasileiras cresceram 205% em valor (de US\$ 5,7 bilhões, em 2003, para US\$ 17,4 bilhões, em 2007) e 38,9% na participação do total (de 7,8%, em 2003, para 10,8%, em 2007); ao passo que para a China ocorreu crescimento de 131,2% em valor (de US\$ 5,2 bilhões, em 2003, para 12,1%, em 2007) e 5,2% na participação do total (de 7,2%, em 2003, para 7,5%, em 2007). Apesar do crescimento em valor das exportações brasileiras tanto para a União Europeia (114,8%) como para os EUA (49,8%), entre 2003 e 2007, verificou-se que estes dois destinos perderam participação do total (tabela 8).

TABELA 8
Exportações brasileiras e seus principais destinos (1995-2009)
(Em US\$ bilhões; valor acumulado para os períodos)

Ano	Exportação (Mundo)	Exportações (China, Hong Kong e Macau)		Exportações (Mercosul)		Exportações (União Europeia -EU)		Exportações (Estados Unidos)	
		Valor	Part.(%)	Valor	Part.(%)	Valor	Part.(%)	Valor	Part.(%)
1995-1998	198,4	6,0	3,0	31,4	15,8	57,1	28,8	36,9	18,6
1999	48,0	1,1	2,3	6,8	14,1	14,2	29,6	10,7	22,2
2000	55,1	1,6	2,8	7,7	14,1	15,3	27,9	13,2	23,9
2001	58,2	2,4	4,1	6,4	10,9	15,5	26,6	14,2	24,4
2002	60,4	3,0	5,1	3,3	5,5	15,6	25,9	15,4	25,5
1999-2002	221,7	8,1	3,7	24,2	10,9	60,6	27,4	53,5	24,1
2003	73,1	5,2	7,2	5,7	7,8	18,8	25,7	16,7	22,9
2004	96,5	6,2	6,4	8,9	9,3	24,7	25,6	20,1	20,8
2005	118,3	7,7	6,5	11,7	9,9	27,0	22,9	22,5	19,1
2006	137,8	9,4	6,8	14,0	10,1	31,0	22,5	24,5	17,8
2007	160,6	12,1	7,5	17,4	10,8	40,4	25,2	25,1	15,6
2003-2007	586,3	40,7	6,9	57,7	9,8	142,0	24,2	109,0	18,6

(Continua)

(Continuação)

Ano	Exportação (Mundo)	Exportações (China, Hong Kong e Macau)		Exportações (Mercosul)		Exportações (União Europeia -EU)		Exportações (Estados Unidos)	
		Valor	Part.(%)	Valor	Part.(%)	Valor	Part.(%)	Valor	Part.(%)
2008	197,9	18,2	9,2	21,7	11,0	46,4	23,4	27,4	13,9
2009	153,0	22,1	14,4	15,8	10,3	34,0	22,2	15,6	10,2
2008-2009	350,9	40,3	11,5	37,6	10,7	80,4	22,9	43,0	12,3

Fonte: Secex/MDIC.

Elaboração do autor.

Pela conta financeira, o período 2003-2006 foi marcado pela piora dos saldos em relação ao período 1999-2002, pois ocorreu retrocesso dos saldos acumulados desta conta, entre 1999-2002 e 2003-2006, que passaram de US\$ 70,7 bilhões para US\$ 2 bilhões (tabela 7). Boa parte deste menor superávit acumulado foi fruto da redução dos saldos acumulados dos investimentos diretos, entre 1999-2002 e 2003-2006, decorrentes de dois fatores: *i*) queda dos IEDs acumulados (de US\$ 100,4 bilhões, em 1999-2002, para US\$ 62,2 bilhões, em 2003-2006), provenientes, em boa parte, do fim do processo de privatização das empresas estatais (tabela 7); e *ii*) forte aumento dos investimentos acumulados de empresa brasileiras (transnacionalizadas) no exterior, entre 1999-2002 e 2003-2006 (de US\$ 4,2 bilhões para US\$ 40,8 bilhões – como demonstra a tabela 7). Vale ressaltar que, em 2004 e 2005, o Brasil apresentou déficits na conta financeira, transformando-se, nesses anos, em exportador de capitais.

A elevação dos superávits da balança comercial, entre 2003 e 2006, oriundas da forte expansão das exportações – mesmo com o real se valorizando a partir de 2004 – e impulsionadas pela dinâmica do novo eixo geoeconômico mundial (EUA e, especialmente, China), gerou significativa redução da vulnerabilidade conjuntural, entre 2003 e 2007, expressa em diversos indicadores (tabela 9). Nos casos em que os indicadores de vulnerabilidade estiveram diretamente associados ao comportamento das exportações (serviço da dívida externa/exportações, dívida externa total/exportações e dívida externa líquida/exportações), verificou-se claramente redução da vulnerabilidade a partir de 2003, reforçando tendência que já vinha desde a mudança do regime cambial em 1999 (tabela 9). Para os outros indicadores de vulnerabilidade externa (dívida total/PIB, dívida total líquida/PIB e reservas/dívida total), relacionados indiretamente com as exportações, a reversão da tendência materializou-se a partir de 2003, em virtude da dinâmica das contas externas já expostas (tabela 9).

TABELA 9
Indicadores de vulnerabilidade externa conjuntural (1995-2009)

Ano	Serv. da dívida externa/exportação (%)	Dívida externa total/ PIB(%)	Dívida externa líquida/PIB(%)	Reservas internacionais (liquidez)/dívida total (%)	Dívida externa total/exportações (%)	Dívida externa total líquida/exportações(%)
Média (1995-1998)	64,8	22,3	14,0	28,9	3,7	2,4
1999	126,5	38,4	29,7	16,1	4,7	3,6
2000	88,6	33,6	26,5	15,2	3,9	3,1
2001	84,9	37,9	29,4	17,1	3,6	2,8
2002	82,7	41,8	32,7	18,0	3,5	2,7
Média (1999-2009)	95,7	37,9	29,6	16,6	3,9	3,1
2003	72,5	38,8	27,3	22,9	2,9	2,1
2004	53,7	30,3	20,4	26,3	2,1	1,4
2005	55,8	19,2	11,5	31,8	1,4	0,9
2006	41,3	15,9	6,9	49,7	1,3	0,5
Média (2003-2006)	55,8	26,1	16,5	32,7	1,9	1,2
2007	32,4	14,1	-0,9	93,3	1,2	-0,1
2008	19,0	12,1	-1,7	104,3	1,0	-0,1
2009	28,6	12,6	-3,9	120,6	1,3	-0,4
Média (2007-2009)	26,7	12,9	-2,2	106,1	1,2	-0,2

Fonte: BCB.

O período 2008-2009 foi marcado pelo auge da crise internacional, bem como pelos seus fortes impactos sobre a economia brasileira, sobretudo no quarto trimestre de 2008 e o primeiro trimestre de 2009, a despeito dos agentes financeiros brasileiros não estarem expostos diretamente aos riscos do mercado hipotecário *subprime* dos EUA.

A crise internacional foi transmitida ao Brasil por meio dos seguintes mecanismos: *i*) pelo lado comercial (balança comercial), em virtude da desaceleração econômica dos principais destinos das exportações brasileiras – em especial, a China – que gerou redução da demanda externa – sobretudo no primeiro trimestre de 2009 – e, conseqüentemente, significativa redução dos preços das *commodities*; e, sobretudo, *ii*) pelo lado empresarial devido a dificuldades de bancos grandes, médios e pequenos, bem como a forte exposição de grandes grupos econômicos produtivos – e suas interconexões com instituições financeiras – no mercado de derivativos de câmbio, que quase levou à bancarrota grandes conglomerados (FARHI e BORGHI, 2009; CARVALHO, OLIVEIRA e MONTEIRO, 2010).

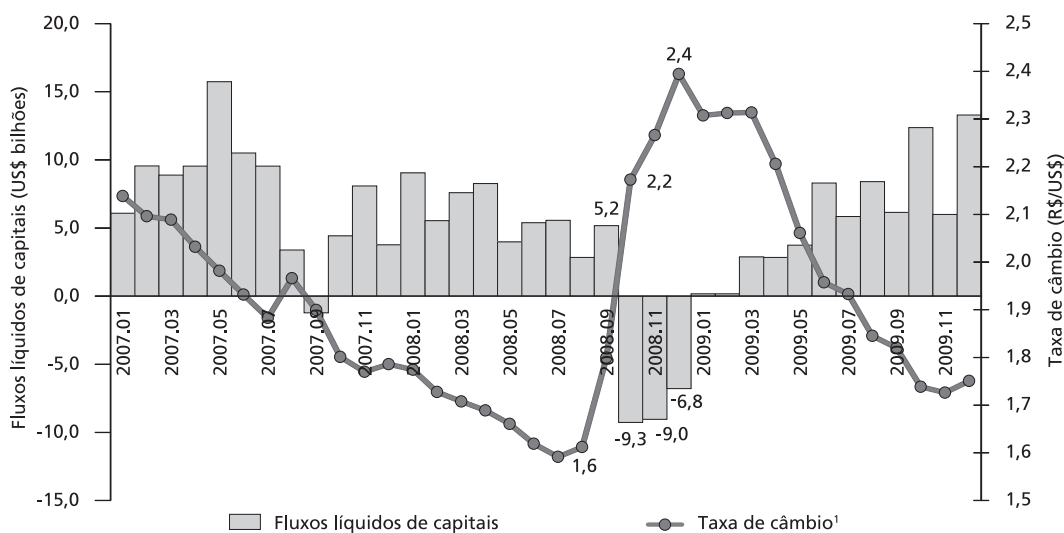
Com o agravamento da crise em setembro de 2008 e a perspectiva de que todos os países seriam atingidos por esta, os investidores estrangeiros correram

para “qualidade” (títulos da dívida pública norte-americana), gerando movimento de “desalavancagem” global, especialmente nas economias emergentes (FARHI e BORGHI, 2009). No caso específico do Brasil, ocorreu forte reversão dos fluxos líquidos de capitais (de superávit de US\$ 5,2 bilhões para déficit de US\$ 9,3 bilhões), entre setembro de 2008 e agosto de 2008, que, associado a um déficit em transações correntes de US\$ 1 bilhão, em agosto de 2008, gerou abrupta desvalorização do real, sendo que a taxa de câmbio saltou de 1,6 R\$/US\$, em agosto de 2008, para 2,4 R\$/US\$, em dezembro de 2008 (gráfico 10).

GRÁFICO 10

Evolução mensal dos fluxos líquidos de capitais e da taxa de câmbio (jan. 2007-dez. 2009)

(Em US\$ bilhões e R\$/US\$)



Fonte: Ipeadata e BCB.

Nota: ¹Taxa de câmbio (R\$/US\$) – comercial/venda (média).

Esse movimento do câmbio pegou no “contrapé” grandes grupos econômicos, bem como empresas de médio porte, que estavam apostando, no mercado de derivativos de câmbio, que o real se valorizaria frente ao dólar. O problema é que as posições destes grupos econômicos representavam muito mais do que simples cobertura de risco, no caso dos grupos exportadores, pois o montante da aposta era superior ao volume de suas exportações. Caracterizando, por sua vez, claramente, postura especulativa destes grupos (CARVALHO, OLIVEIRA e MONTEIRO, 2010; FARHI e BORGHI, 2009).

Dadas a profundidade e o alcance da crise no Brasil nesse período (quarto trimestre de 2008 e primeiro trimestre de 2009), bem como a forte desaceleração da economia mundial, consolidou-se posição quase majoritária que haveria tendência de desaceleração do crescimento das exportações brasileiras (piora das contas externas) e de reversão mais permanente da entrada de capitais. E que isto significaria forte aumento da vulnerabilidade externa conjuntural. No entanto, as previsões pessimistas não se realizaram e as contas externas, bem como os fluxos líquidos de capitais, passaram a apresentar significativa trajetória de recuperação já a partir do segundo trimestre de 2009.

De fato, o governo brasileiro implementou políticas anticíclicas¹⁵ durante o auge da crise que geraram efeitos positivos para a recuperação da economia brasileira. Araújo e Gentil (2010) observaram que, além destas políticas, a melhoria do cenário externo, a partir do segundo trimestre de 2009, é um dos elementos explicativos da rápida recuperação brasileira.

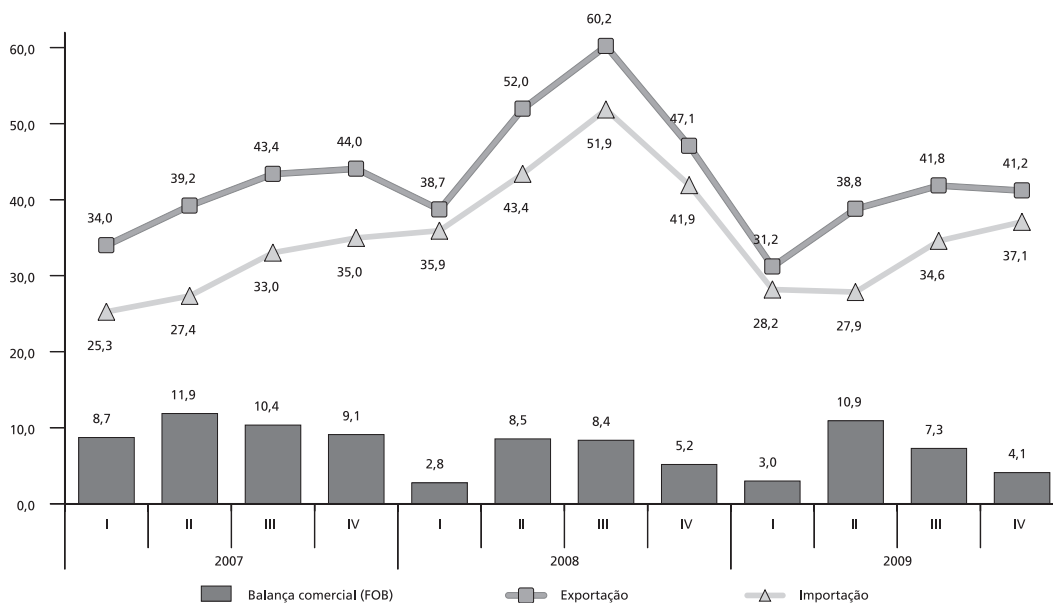
Nesse sentido, assim como o novo eixo geoeconômico sino-americano tivera sido o responsável pela dinâmica das contas externas entre 2003 e 2006, este também fora um dos elementos importantes pela rápida recuperação das contas externas brasileiras, em virtude dos efeitos colaterais das diferentes formas – já apresentadas – encontradas pelos EUA e pela China para combater a crise. Como isto teria ocorrido? Quais teriam sido os elementos indutores desta rápida recuperação das contas externas?

Pelo lado comercial, verificou-se forte queda das exportações, entre o quarto trimestre de 2008 e o primeiro trimestre de 2009 (de US\$ 47,1 bilhões para US\$ 31,2 bilhões) que só não gerou problema maior na balança comercial em decorrência da forte contração das importações fruto da forte desaceleração interna (gráfico 11).

15. O governo brasileiro durante a crise engendrou amplo conjunto de medidas anticíclicas que podem ser divididas em dois grandes grupos. “No primeiro grupo de medidas, pode-se citar, sem esgotar o leque, desonerações fiscais para os setores automobilístico, de eletrodomésticos, de linha branca e moveleiro, além da manutenção do gasto público. No segundo grupo, pode-se citar a redução no compulsório, a expansão do crédito por parte dos principais bancos públicos (BB, CEF e BNDES) e a redução da taxa básica de juros” (ARAÚJO e GENTIL, 2010, p. 2).

GRÁFICO 11

Evolução trimestral das exportações, das importações e da balança comercial (1º trim. 2007-4º trim. 2009)
(Em US\$ bilhões)



Fonte: BCB.

Essa queda das exportações se reverteu já no trimestre seguinte (de US\$ 31,2 bilhões, no primeiro trimestre de 2009, para US\$ 38,8 bilhões, no primeiro trimestre de 2009), e, como as importações continuaram caindo, materializou-se superávit comercial de US\$ 10,9 bilhões, no segundo trimestre de 2009 (gráfico 11). Qual foi o fator responsável pela rápida recuperação das exportações brasileiras? A também rápida recuperação das importações chinesas, que foi fruto das políticas ativas do Estado chinês voltadas à recuperação da crise e à ampliação da demanda interna por meio do aumento do consumo das famílias.

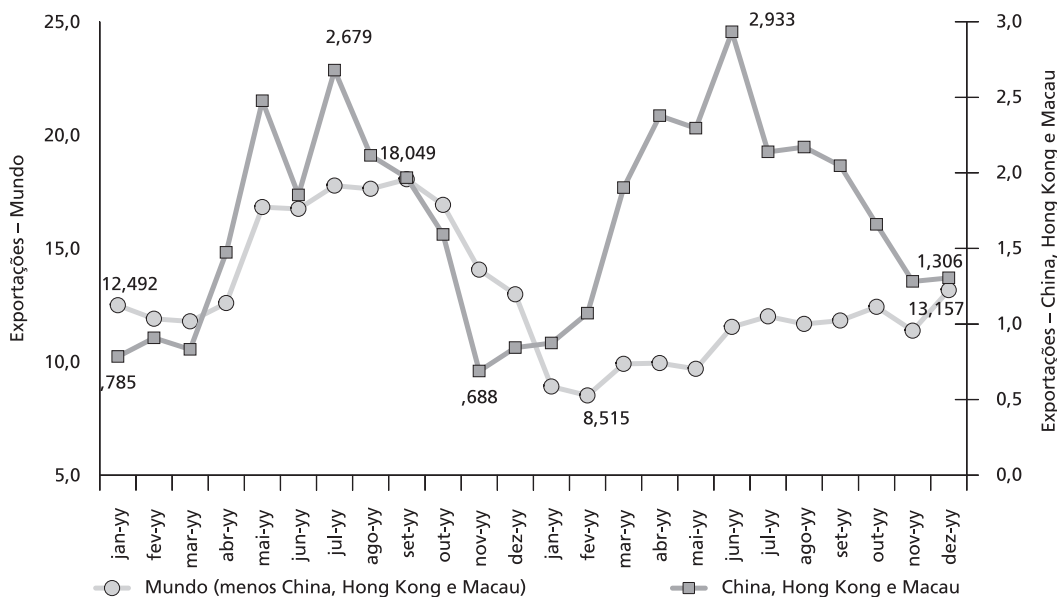
Os dados do gráfico 12 e da tabela 8 evidenciam a importância direta das importações chinesas para a recuperação das exportações brasileiras. Entre os principais destinos das exportações, verificou-se crescimento, em valor, apenas para China – mais Hong Kong e Macau –, entre 2008 e 2009 (21,1%), ao passo que ocorreu decréscimo para o Mercosul (27,2%), a União Europeia (26,6%) e os EUA (43,1%). Inclusive, a China tornou-se, em 2009, o principal destino das exportações brasileiras (participação de 11,5% do total – como demonstra a tabela 8). A evolução mensal das exportações

brasileiras para a China apresentou taxa de crescimento muito maior do que para os outros destinos a partir de fevereiro de 2009 (gráfico 12).

GRÁFICO 12

Evolução mensal das exportações brasileira para o resto do mundo – menos China, Hong Kong e Macau – e para China, Hong Kong e Macau (jan. 2008-dez. 2009)

(Em US\$ bilhões)



Fonte: Secex/MDIC.

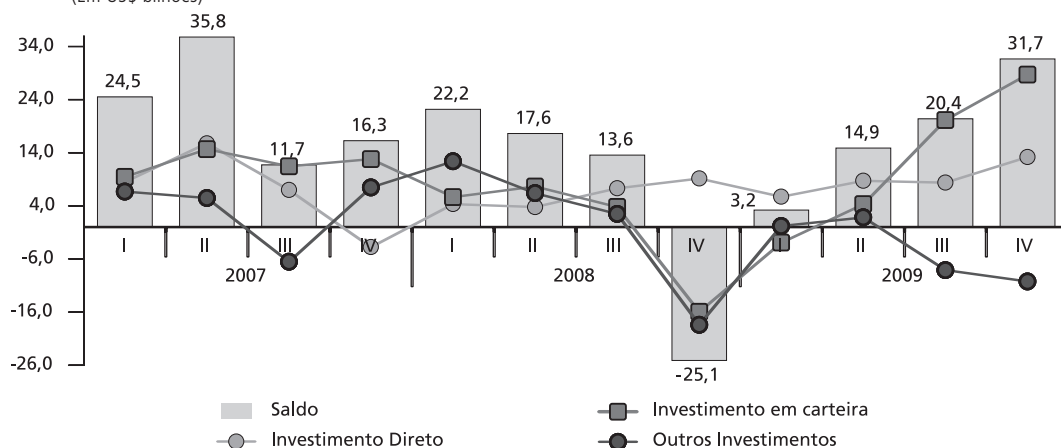
Elaboração do autor.

A rápida recuperação das contas externas não aconteceu apenas pelo lado comercial, mas também pelo lado dos fluxos líquidos de capitais. Já a partir do segundo trimestre de 2009, verificou-se elevado superávit dos fluxos de capitais (US\$ 14,9 bilhões), que se ampliou trimestre a trimestre (de US\$ 20,4 bilhões, no terceiro trimestre de 2009, para US\$ 31,7 bilhões, no quarto trimestre de 2009 – o segundo maior saldo positivo desde o primeiro trimestre de 2007, como demonstra o gráfico 13). O superávit do investimento em carteira foi o responsável pela evolução positiva dos fluxos de capital, já que, a partir do segundo trimestre de 2009, este saldo cresceu de forma muito rápida. Resultado este que foi fruto do crescimento dos investimentos estrangeiros em carteira – em especial, dos investimentos em ações de companhias brasileiras (gráfico 14).

GRÁFICO 13

Evolução trimestral dos fluxos líquidos de capitais (1º trim. 2007-4º trim. 2009)

(Em US\$ bilhões)

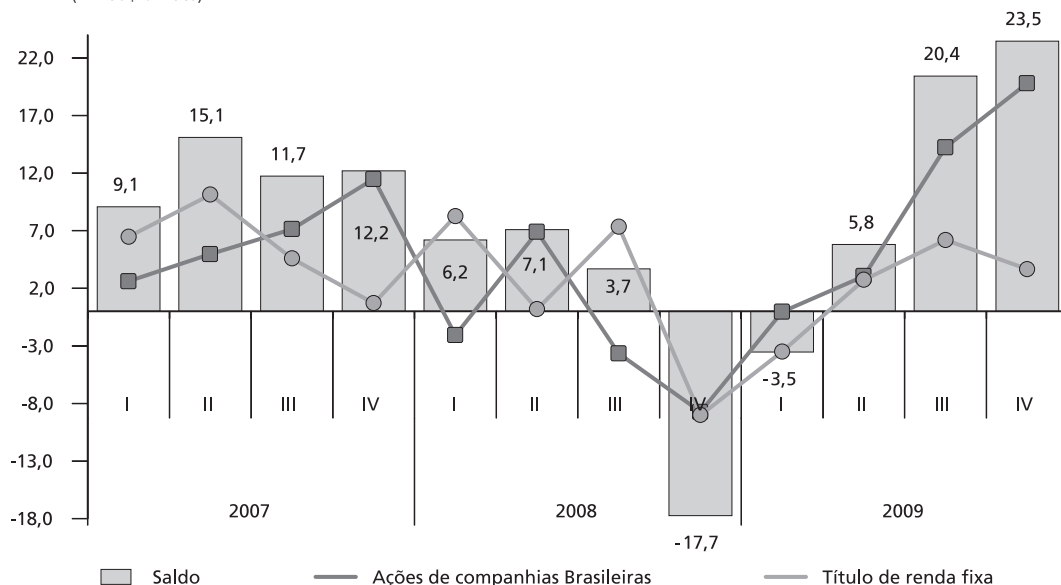


Fonte: BCB.
Elaboração do autor.

GRÁFICO 14

Evolução trimestral dos investimentos estrangeiros em carteira (1º trim. 2007-4º trim. 2009)

(Em US\$ bilhões)



Fonte: BCB.
Elaboração do autor.

O principal fator explicativo para essa rápida evolução positiva dos fluxos líquidos de capitais para o Brasil é o “excesso de liquidez” da economia mundial. Este excesso teve origem no tipo de políticas econômicas utilizadas, pelo governo norte-americano, para resgatar o sistema financeiro e recuperar a dinâmica do produto. Estas políticas – já descritas anteriormente – não obtiveram êxito em transformar esta massa de recursos em investimento produtivo nos EUA. Assim sendo, esta massa de capital – dinheiro se deslocou para os países em desenvolvimento – em particular, para o Brasil. Isto ocorreu em virtude da alta rentabilidade deste tipo de ampliação financeira nestes países e, também, da recuperação rápida da economia e de sua balança comercial – que foram beneficiados pelo efeito China –, garantindo aos investidores menores riscos para este tipo de aplicação.

A recuperação das exportações e o retorno do fluxo de capitais, após a crise, permitiram a manutenção da tendência de redução da vulnerabilidade externa conjuntural, em 2008 e 2009. Todos os seis indicadores praticamente sinalizam melhoria ou estabilidade até mesmo após o auge da crise (tabela 9). Evidencia-se, cada vez mais, que o novo eixo geoeconômico mundial tem funcionado como elemento explicativo fulcral para compreender a redução da vulnerabilidade externa conjuntural brasileira.

4.2. Especialização regressiva e vulnerabilidade externa estrutural

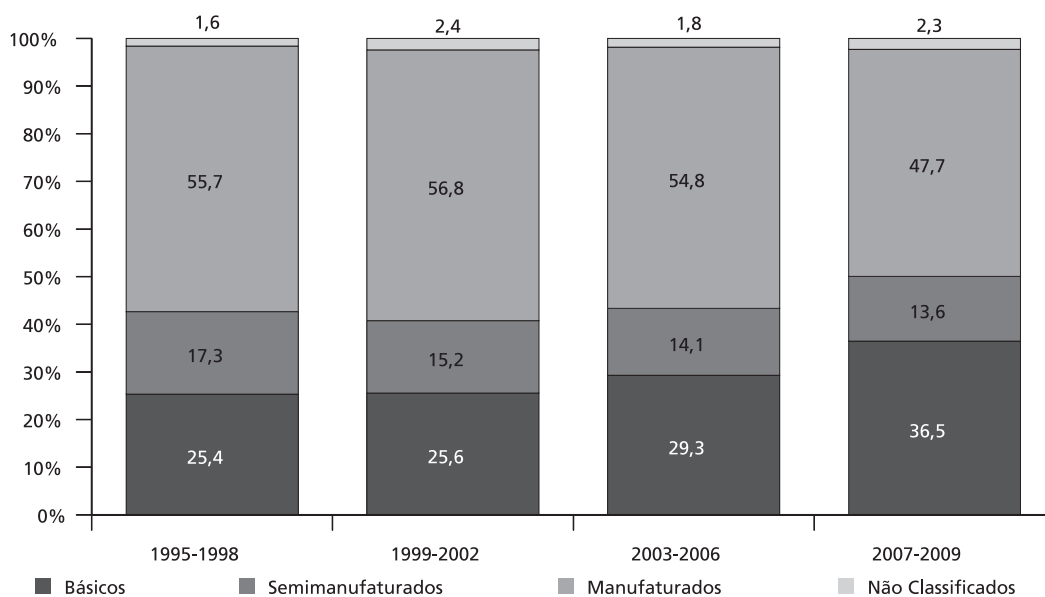
O câmbio valorizado tem sido uma questão muito debatida entre 2003 e 2009. No primeiro momento, ainda em 2004 – quando o real começou a valorizar-se –, a discussão estava centrada na possível dificuldade de sustentar os superávits comerciais com o movimento da taxa de câmbio. No entanto, em vez dos superávits diminuírem, aumentaram em virtude da dinâmica de crescimento mundial (efeito novo eixo – China e EUA). Só que foram gerados, em grande medida, pela aceleração das exportações de produtos básicos ou industriais com baixa e média-baixa tecnologia. Esta nova configuração, que vinha ganhando forma entre 1995 e 2002, se materializou entre 2003 e 2006 e se acelerou entre 2007 e 2009, sobretudo após a crise internacional. Com isso, a partir de 2006, o debate sobre a taxa de câmbio centrou-se nos impactos da valorização do real sobre a estrutura de comércio brasileiro, suscitando a discussão da “doença holandesa”¹⁶ e, conseqüentemente, do processo de reprimarização da pauta exportadora, aqui entendida como o aumento da participação

16. O termo “doença holandesa” é utilizado para caracterizar situações de forte apreciação cambial decorrentes de elevados saldos na balança comercial, que são causados, principalmente, pelo crescimento extraordinário da quantidade exportadora ou do preço de *commodities* de exportação (BRESEER-PERREIRA, 2010).

relativa dos produtos básicos para exportação decorrente, em boa medida, da especialização regressiva da estrutura industrial nacional.

Os dados da evolução das exportações brasileiras por fator agregado, como apresentado no gráfico 15 e na tabela 10, não deixam dúvida sobre a existência do processo de reprimarização das exportações brasileiras. A participação no valor total deste tipo de produto exportado teve aumento de 25%, entre 1995 e 2002, passando para 29,3%, entre 2003 e 2006, até alcançar o patamar de 36,5%, entre 2007 e 2009; o que gerou, em contrapartida, reduções na participação dos semimanufaturados e dos manufaturados entre 2003 e 2009.

GRÁFICO 15
Evolução da participação das exportações brasileira por fator agregado (1995-2009)
(Em %)



Fonte: Ipeadata.

Filgueiras e Gonçalves (2007) já tinham alertado sobre o processo de reprimarização entre os períodos 1999-2002 e 2003-2006, o que talvez eles não esperassem era que esta dinâmica regressiva se aprofundasse de forma tão acelerada entre 2007 e 2009. Impressiona, no sentido negativo, a participação dos produtos básicos nas exportações do Brasil em 2009, alcançando 40,5%, valor este já muito próximo da participação das exportações de manufaturas, em 2009 (47,7%) (tabela 10).

TABELA 10

Evolução das exportações brasileira por fator agregado (1996-2009)

(Em US\$ bilhões; valor acumulado para os períodos)

Ano	Básicos		Semimanufaturados		Manufaturados		Não classificados	
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)
1995-1998	50,3	25,4	34,4	17,3	110,5	55,7	3,2	1,6
1999	11,8	24,6	8,0	16,6	27,3	56,9	0,9	1,8
2000	12,6	22,8	8,5	15,4	32,6	59,1	1,5	2,7
2001	15,3	26,4	8,2	14,2	33,0	56,6	1,7	2,9
2002	17,0	28,1	9,0	14,9	33,1	54,8	1,4	2,3
1999-2002	56,7	25,6	33,7	15,2	125,9	56,8	5,4	2,4
2003	21,2	29,0	10,9	15,0	39,8	54,4	1,2	1,6
2004	28,5	29,6	13,4	13,9	53,1	55,1	1,4	1,4
2005	34,7	29,4	16,0	13,5	65,4	55,2	2,3	1,9
2006	40,3	29,2	19,5	14,2	75,0	54,4	3,0	2,2
2003-2006	124,7	29,3	59,9	14,1	233,3	54,8	7,8	1,8
2007	51,6	32,1	21,8	13,6	83,9	52,3	3,3	2,1
2008	73,0	36,9	27,1	13,7	92,7	46,8	5,2	2,6
2009	62,0	40,5	20,5	13,4	67,3	44,0	3,2	2,1
2007-2009	186,6	36,5	69,4	13,6	244,0	47,7	11,7	2,3

Fonte: Ipeadata.

A análise da evolução das exportações por intensidade tecnológica, entre 1999 e 2009, evidencia dois processos do atual padrão de comércio, a saber: *i*) o próprio processo de reprimitização, já que a participação relativa dos produtos industriais exportados se reduziu de 81,9%, em 1999-2002, para 79,2%, em 2003-2006, até alcançar o patamar de 72%, entre 2007 e 2009 (tabela 11); *ii*) a falta de *upgrade* das exportações industriais brasileiras, pois, neste segmento, os produtos de maior intensidade tecnológica (alta e média-alta) foram os que mais perderam participação (de 32,8%, em 1999-2002, para 26,3%, em 2007-2009), ao passo que produtos industriais exportados de mais baixa intensidade tecnológica (baixa e média-baixa) tiveram redução na participação (tabela 11).

TABELA 11

Evolução das exportações brasileira por intensidade tecnológica (1999-2009)

(Em US\$ bilhões; valor acumulado para os períodos)

Intensidade	1999-2002		2003-2006		2007-2009	
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %
Produtos industriais¹	181,7	81,9	337,0	79,2	368,4	72,0
Indústria de alta e média-alta tecnologia (I+II)	72,8	32,8	130,2	30,6	134,6	26,3
Alta tecnologia (I)	23,9	10,8	29,9	7,0	30,8	6,0
Média-alta tecnologia (II)	48,9	22,0	100,3	23,6	103,8	20,3

(Continua)

(Continuação)

Exportação Brasileira dos Setores Industriais por Intensidade Tecnológica (*) 1996 a 2008 - US\$ milhões FOB						
Intensidade	1999-2002		2003-2006		2007-2009	
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %
Indústria de média-baixa e baixa tecnologia (III+ IV)	108,9	49,1	206,8	48,6	233,8	45,7
Média-baixa tecnologia (III)	39,4	17,8	82,2	19,3	95,2	18,6
Baixa tecnologia (IV)	69,5	31,4	124,6	29,3	138,6	27,1
Produtos não industriais	40,0	18,1	88,4	20,8	143,2	28,0
Total	221,7	100,0	425,3	100,0	511,6	100,0

Fonte: Secex/MDIC.

Nota: *Classificação extraída de STAN Indicators, Directorate for Science, Technology and Industry, da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 2003.

Os dados recentes ao período 2007-2009 da pauta exportadora reforçaram os argumentos de Filgueiras e Gonçalves (2007) de que o padrão é configurado pelo baixo conteúdo tecnológico, bem como pelo processo de reprimarização. É evidente a piora relativa da pauta exportadora (*downgrade*), entre 1999-2002 e 2007-2009, e salta aos olhos a redução de 4,8 p.p. da participação do valor dos produtos industrializados de alta tecnologia nesse período.

A regressividade evidencia-se, ainda mais, quando se observa a evolução do resultado da balança comercial por intensidade tecnológica, como mostrado na tabela 12. Entre os períodos 1999-2002 e 2007-2009, os déficits comerciais dos produtos industriais de alta e média-alta tecnologia elevaram-se em 97,6% (de US\$ 62,7 bilhões para US\$ 123,9 bilhões), ao passo que os superávits comerciais dos produtos industriais de média-baixa e baixa tecnologia cresceram 121,9% (de US\$ 61,5 bilhões para US\$ 136,5 bilhões) e os dos produtos não industriais cresceram 557,6% (de US\$ 13,7 bilhões para US\$ 90,1 bilhões).

TABELA 12

Evolução da balança comercial por intensidade tecnológica (1999-2009)

(Em US\$ bilhões; valor acumulado para os períodos)

Intensidade	1999-2002	2003-2006	2007-2009
Produtos industriais ¹	-1,2	109,0	15,3
Ind. de alta e média-alta tecn. (I+II)	-62,7	-39,2	-123,9
Alta tecnologia (I)	-26,4	-33,1	-55,4
Média-alta tecnologia (II)	-36,3	-6,2	-65,8
Ind. de média-baixa e baixa tecn. (III+ IV)	61,5	148,2	136,5
Média-baixa tecnologia (III)	9,0	41,9	27,7
Baixa tecnologia (IV)	52,5	106,2	108,8
Produtos não industriais	14,9	40,3	74,8
Total	13,7	149,2	90,1

Fonte: Secex/MDIC.

Nota: *Classificação extraída de STAN Indicators, Directorate for Science, Technology and Industry, da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 2003.

Isso evidencia processo de regressividade da inserção comercial brasileira, já que: *i)* as importações de produtos intensivos em tecnológica cresceram em velocidade maior do que as exportações deste tipo de produto; e *ii)* os superávits comerciais são gerados pelos produtos não industriais e pelos produtos industriais com baixa intensidade tecnológica. Portanto, não são poucas as evidências da regressão do padrão de comércio brasileiro que pode ser caracterizado pela presença dominante das exportações de produtos intensivos em recursos naturais, bem como pelo baixo conteúdo tecnológico dos bens manufaturados exportados.

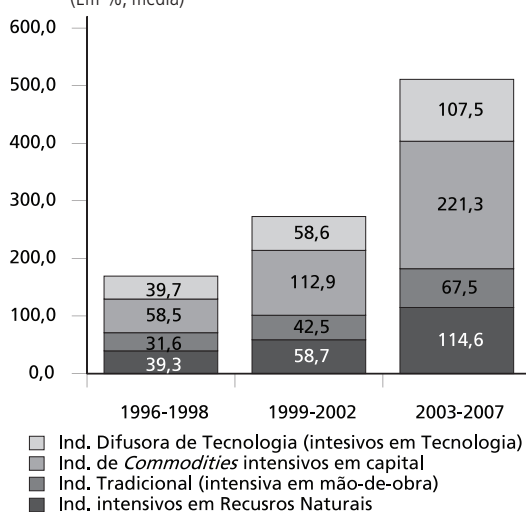
O processo de reprimarização, bem como a predominância da baixa intensidade tecnológica das exportações industriais brasileiras, é fruto do processo de especialização regressiva da estrutura industrial nacional, que cada vez mais se volta aos segmentos intensivos em recursos naturais. Esta dinâmica tem sido denominada como processo de desindustrialização; no entanto, o termo é inapropriado, pois a especialização regressiva brasileira não significa destruição da indústria, mas, sim, mudança estrutural dos setores industriais, em que o dinamismo da indústria depende de um número cada vez menor de atividades especializadas.

O processo de especialização regressiva da industrial nacional vem ocorrendo com o avanço do processo de desregulação e liberalização da esfera comercial, produtiva e financeira, consolidado a partir de 1995. No entanto, esta mudança estrutural parece que tem continuado na primeira década do século XXI, em virtude da valorização do real e, sobretudo, da nova dinâmica “sino-americana” e seus efeitos sobre a demanda e o preço das *commodities*.

A evolução e a participação do valor de transformação industrial por grandes setores de atividades industriais (intensiva em recursos naturais, de *commodities* intensiva em capital, difusora da tecnologia e tradicional)¹⁷ evidenciam o processo de especialização regressiva da indústria nacional (gráfico 16 e 17). Estes dados mostram aumento relativo – na participação da transformação industrial – da indústria de *commodities* intensiva em capital e da indústria intensiva em recursos naturais; em contrapartida, verificou-se redução relativa da indústria tradicional e difusora de tecnologia.

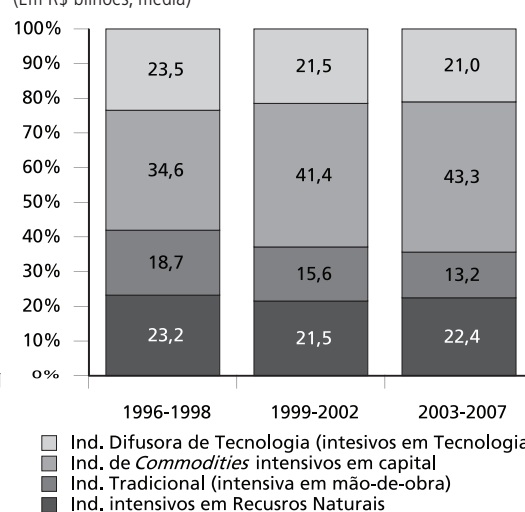
17. A tabela A.1, em anexo, identifica as atividades econômicas que compõem estes grandes setores pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

GRÁFICO 16
Evolução da participação da transformação Industrial por setores de atividade (1996-2007)
 (Em %; média)



Fonte: Pesquisa Industrial Anual, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PIA/IBGE).

GRÁFICO 17
Evolução do valor da transformação Industrial por setores de atividade (1996-2007)
 (Em R\$ bilhões; média)



Fonte: PIA/IBGE.

Além disso, Pinto (2010) também apresenta evidências do processo de especialização regressiva da estrutura industrial ao analisar a evolução dos maiores grupos econômicos que operam no Brasil, entre 1995 e 2007, e que detêm aproximadamente 40% do PIB. Segundo este estudo, a indústria foi o setor que mais cresceu, em termos absolutos e relativos, no que diz respeito ao patrimônio líquido e à receita operacional líquida. Logo, não é possível defender a ideia de desindustrialização – no sentido de destruição da indústria. No entanto, esta evolução positiva não se deu de forma homogênea entre os segmentos industriais. Pelo contrário, o que se verificou foi expansão elevada, em termos absolutos e relativos, dos grupos econômicos industriais produtores de *commodities* destinadas, em boa medida, ao mercado externo; ao passo que os setores industriais tradicionais e difusores de tecnologia – que destinam sua produção ao mercado interno – decresceram em termos absolutos e relativos. Isto evidencia o processo de mudança estrutural da indústria brasileira, denominado de especialização regressiva da indústria em curso desde 1995 e que continuou na primeira década do século XXI. Este avanço da especialização regressiva da estrutura industrial foi decorrência da combinação da valorização do real e dos efeitos do novo eixo sino-americano.

A especialização regressiva da pauta exportadora e da estrutura industrial brasileira tende a agravar a vulnerabilidade externa estrutural, já que este tipo de vulnerabilidade

é um fenômeno de longo prazo e, segundo Gonçalves *et al.* (2009), está associado ao padrão de comércio, à eficiência do aparelho produtivo, à dinâmica tecnológica e à solidez do sistema financeiro nacional. O aumento da vulnerabilidade externa estrutural está associado à situação em que a irradiação do progresso técnico se restringe aos setores exportadores – atualmente, sobretudo, os grupos econômicos industriais produtores de *commodities*. Este debate cepalino¹⁸ – concernente à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) – parece mais atual do que nunca.

Desse modo, fica claro que essa dinâmica sino-americana mundial, que gerou inevitavelmente a redução da vulnerabilidade externa conjuntural, tem puxado a economia brasileira para a reprimarização e a especialização regressiva da estrutura industrial – ou seja, para o aumento da vulnerabilidade externa estrutural –, que, provavelmente, gerará efeitos deletérios, no longo prazo, para o padrão de desenvolvimento econômico do Brasil, mais especificamente quando a China tiver realizado o seu *catch-up*. Os sinais indicam que isto ainda pode demorar e, neste meio tempo, a economia brasileira é cada vez mais atraída para a especialização regressiva da estrutura industrial. Com isso, a dinâmica internacional (sino-americana) gera efeito *sui generis* no âmbito da inserção internacional brasileira: redução da vulnerabilidade externa conjuntural associada ao aumento da vulnerabilidade externa estrutural.

5 CONCLUSÕES

Procurou-se, ao longo deste artigo, mostrar como as transformações econômicas e políticas ocorridas na economia capitalista mundial, na primeira década do século XXI, vêm gerando modificações significativas na divisão internacional do trabalho, inclusive alterando posições relativas de determinados Estados nacionais na hierarquia do sistema mundial, marcado pela dinâmica da acumulação de poder e riqueza. Neste novo contexto, pelo menos conjunturalmente, os países periféricos puderam extrair dividendos deste quadro internacional no sentido de reduzir a vulnerabilidade externa conjuntural, possibilitando a abertura de possibilidades para o desenvolvimento econômico e social.

O Brasil não fugiu a essa regra, uma vez que todos os indicadores de vulnerabilidade externa conjuntural evidenciaram melhorias significativas no período recente.

18. Para descrição detalhada da visão cepalina, ver Bielschowsky (2000).

Portanto, foram criadas condições para que o Brasil inscrevesse trajetória que potencializasse sua acumulação de poder e riqueza nacional, criando as condições econômicas potenciais para uma inserção internacional ativa. No entanto, esta oportunidade acontece em totalidade fortemente complexa e contraditória, que veio acompanhada de contradições que tendem a gerar efeitos negativos de longo prazo, haja vista a continuidade da especialização regressiva da pauta exportadora e da estrutura da indústria nacional em curso desde 1995.

A manutenção desse eixo sino-americano, potencializado ainda mais com possível mudança de trajetória do modelo chinês após a crise, provavelmente, provocará efeitos positivos para a econômica brasileira, no curto ou no médio prazo, na medida em que a ampliação das exportações pode gerar feitos positivos para a atividade econômica, bem como proporciona a redução da vulnerabilidade externa conjuntural. No entanto, esta “mesma mão” (sino-americana) que afaga tende a provocar o aumento da vulnerabilidade externa estrutural do país, pois esta dinâmica tem criado força atratora que “puxa” para a reprimarização da pauta exportadora, que é, em boa medida, fruto da especialização regressiva da estrutura industrial. Não tem sentido, para o empresário, investir na produção industrial de mais alta intensidade tecnológica, se exportar minério de ferro e soja gera lucros extraordinários.

Surge um problema de longo prazo: e quando a China tiver realizado seu *catch-up*? Caso se amplie a especialização regressiva da estrutura industrial, em curso, o que restará para um projeto nacional com inserção soberana? Estas questões persistem em aberto na atual conjuntura e, para se construir o longo prazo para a sociedade brasileira, são fundamentais.

REFERÊNCIAS

ACIOLY, L.; CHERNAVSKY, E.; LEÃO, R. Crise internacional: medidas de políticas de países selecionados. **Boletim de Economia Política Internacional**, n. 1, jan./mar. 2010.

ARAÚJO, V.; GENTIL, D. **Avanços, recuos, acertos e erros**: uma análise da resposta da política econômica brasileira à crise financeira internacional. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 15., 2010, São Luís, Maranhão. **Anais...** São Luís, 1-4 jun. 2010. (CD-ROM).

BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 1-2.

BRESSER-PEREIRA, L. Doença holandesa e sua neutralização: uma abordagem ricardiana. *In*: BRESSES-PEREIRA, L. (Org.). **Doença holandesa e a indústria**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010.

BUSATO, M. **Uma discussão teórica sobre flutuação econômica e tendência ao pleno-emprego**: vertente tradicional versus uma alternativa (pós) keynesiana. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2006.

CARCANHOLO, M.; FILGUEIRAS, L.; PINTO, E. A Alca (ainda) não faleceu: alternativas reais para a América Latina e Caribe. *In*: ESTAY, J. (Org.). **La crisis mundial y sus impactos en América Latina**. Puebla: BUAP, 2009. p. 131-162.

CARDIM DE CARVALHO, F. J. Políticas econômicas para economias monetárias. *In*: LIMA, G. T.; PAULA, L. F.; SICSÚ, J. (Org.). **Macroeconomia moderna**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 258-283.

CARVALHO, C. E. A crise internacional desafia o modelo brasileiro de abertura e liberalização. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, p. 111-123, 2009.

CARVALHO, C. E.; OLIVEIRA, G. C.; MONTEIRO, M. B. O Banco Central do Brasil: institucionalidade, relações com o Estado e com a sociedade civil, autonomia e controle democrático. *In*: CARDOSO JÚNIOR, J. C. (Org.). **Estado, instituições e democracia**: desenvolvimento. Brasília: Diest/Ipea, 2010. v. 3. No prelo.

FANG, C.; YANG, D.; MEIYAN, W. Crise e oportunidade: resposta da China à crise financeira global. **Revista Tempo do Mundo**, v. 1, n. 1, Brasília, dez. 2009.

FARHI, M.; BORGHI, R. Operações com derivativos financeiros das corporações de economias emergentes. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, p. 1-2, 2009.

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FILGUEIRAS, L.; PINTO, E. Política econômica do governo Lula e os limites do crescimento. *In*: GOMES, F.; PINTO, E. (Org.). **(Des)ordem e regresso**: o período de ajustamento neoliberal no Brasil, 1990-2000. São Paulo: Mandacarú; Hucitec, 2009. v. 1. p. 252-284.

FIORI, J. L. C. Formação, expansão e limites do poder global. *In*: FIORI, J. L. C. (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. *In*: FIORI, J. L. C.; MEDEIROS, C.; SERRANO, F. (Org.). **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 173-277.

_____. Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional soberana. *In*: ACIOLY, L.; CINTRA, M. (Orgs.). **Inserção internacional brasileira**. Brasília: Ipea, 2010. No prelo.

FREITAS, M.; CINTRA, M. Inflação e deflação de ativos a partir do mercado imobiliário americano. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 28, n. 3 (111), p. 414-433, 2008.

GONÇALVES, R. *et al.* Vulnerabilidad estructural externa en América Latina. *In*: ARCEO, E.; BASUALDO, E. (Org.). **Los condicionantes de la crisis en América Latina**: inserción internacional y modalidades de acumulación. Buenos Aires: CLACSO, 2009. v. 1, p. 119-138.

HERMANN, J. **Ascensão e queda da política fiscal**: de Keynes ao “autismo fiscal” dos anos 1990-2000. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34. 2006, Salvador, Bahia. **Anais...** Salvador, 2006.

INÁCIO, A. Planos da China de investir no cerrado nordestino começam a virar realidade. **Valor Econômico**, São Paulo, 27 maio 2010.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

KHATTIWADA, S. Stimulus packages to counter global economic crisis: a review. Geneva: ILS, 2009. (Texto para Discussão, n. 196).

KINDLEBERGER, C. P. **Manias, pânico e crashes**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

KREGEL, J. Minsky’s cushions of safety: systemic risk and the crisis in the U.S. subprime mortgage market. **Public Policy Brief**, n. 93, Jan. 2008.

LEÃO, R. China: notas sobre a migração, as transformações na produção e os efeitos no mercado de trabalho. **Boletim de Economia Política Internacional**, n. 2, abr./jun. 2010.

MEDEIROS, C. A. Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina. *In*: TAVARES, M.; FIORI, J. L. C. (Org.). **Poder e dinheiro**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. China: entre os séculos XX e XXI. *In*: FIORI, J. L. C. **Estado e moedas no desenvolvimento das nações**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. A China como um duplo polo na economia mundial e a recentralização asiática. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, p. 381-400, 2006.

_____. Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China. *In*: FIORI, J.; MEDEIROS, C.; SERRANO, F. (Org.). **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 173-277.

_____. O ciclo recente de crescimento chinês e seus desafios. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 15., 2010, São Luís, Maranhão. **Anais...** São Luís, 1-4 jun. 2010. (CD-ROM).

MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. Inserção externa, exportações e crescimento no Brasil. *In*: FIORI, J. L. C.; MEDEIROS, C. A. (Org.). **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

PALMA, G. Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina. *In*: FIORI, J. L. C. (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

PINTO, E. **Bloco no poder e governo Lula**: grupos econômicos, política econômica e novo eixo sino-americano. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

ROSA, B.; NOVO, A. China briga pelo petróleo brasileiro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 maio 2010.

SERRANO, F. Do ouro imóvel ao dólar flexível. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 20, 2002.

_____. A economia americana, o padrão dólar flexível e a expansão mundial nos anos 2000. *In*: FIORI, J. L. C.; MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. (Org.). **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 173-277.

TAVARES, M.; BELLUZZO, L. A mundialização do capital e a expansão do poder americano. *In*: FIORI, J. L. C. (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

UNCTAD – UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Global monetary chaos**: systemic failures need bold multilateral responses. n. 12, Mar. 2010. Disponível em: <<http://www.unctad.org>>. Acesso em: 30 mar. 2010.

ANEXO

TABELA A.1
**Classificação setorial da indústria por setores de atividades econômicas – por meio da
 Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)**

Setores	Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)
Indústria intensiva em recursos naturais	C Indústrias extrativas
	15 Fabricação de produtos alimentícios e bebidas
	16 Fabricação de produtos do fumo
	20 Fabricação de produtos de madeira
Indústria de <i>Commodities</i> intensiva em capital	23.4 Produção de álcool
	21 Fabricação de celulose, papel e produtos de papel
	23.1 Coquearias
	23.2 Fabricação de produtos derivados do petróleo
	23.3 Elaboração de combustíveis nucleares
	24 Fabricação de produtos químicos
	26 Fabricação de produtos de minerais não-metálicos
	28 Fabricação de produtos de metal – exceto máquinas e equipamentos
ID Indústria Difusora de Tecnologia (Intesivos em Tecnologia)	29 Fabricação de máquinas e equipamentos
	30 Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática
	31 Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos
	32 Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações
	33 Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios
	34 Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias
IT Indústria Tradicional Intensiva em mão de obra)	35 Fabricação de outros equipamentos de transporte
	17 Fabricação de produtos têxteis
	18 Confecção de artigos do vestuário e acessórios
	19 Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados
	22 Edição, impressão e reprodução de gravações
	25 Fabricação de artigos de borracha e plástico
36 Fabricação de móveis e indústrias diversas	
	37 Reciclagem

Fonte: Pinto (2010).

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Marco Aurélio Dias Pires

Everson da Silva Moura

Revisão

Laetícia Jensen Eble

Luciana Dias Jabbour

Mariana Carvalho

Olavo Mesquita de Carvalho

Reginaldo da Silva Domingos

Andressa Vieira Bueno (estagiária)

Celma Tavares de Oliveira (estagiária)

Patrícia Firmina de Oliveira Figueiredo (estagiária)

Editoração

Bernar José Vieira

Cláudia Mattosinhos Cordeiro

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Aline Rodrigues Lima (estagiária)

Capa

Luís Cláudio Cardoso da Silva

Projeto Gráfico

Renato Rodrigues Bueno

Livraria do Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Tiragem: 500 exemplares

Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.



Ipea – Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada



SECRETARIA DE
ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

